



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

YURI RODRIGUES ALVES

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DO MACRO ÀS
INSTITUIÇÕES SOCIAIS EM BRASÍLIA**

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
NOVEMBRO 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

YURI RODRIGUES ALVES

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DO MACRO ÀS
INSTITUIÇÕES SOCIAIS EM BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obter o grau de Licenciando em Geografia.

**Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz
Araújo Sobrinho**

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
NOVEMBRO 2020

TERMO DE APROVAÇÃO

YURI RODRIGUES ALVES

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (GEA/UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
GEA-UnB (Orientador)

Profa Dra.Edilene Américo Silva
Instituto Federal de Brasília – membro externo

Profa Dra Carla Guldani
Universidade Aberta do Brasil
Departamento de Geografia
Universidade de Brasília – membro interno

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
NOVEMBRO 2020

RA474s Rodrigues Alves, Yuri
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DO MACRO AS
INSTITUIÇÕES SOCIAIS EM BRASÍLIA / Yuri Rodrigues Alves;
orientador Fernando Luiz Araújo Sobrinho. -- Brasília, 2020.
91 p.

Monografia (Graduação - Geografia) -- Universidade de
Brasília, 2020.

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Insegurança
alimentar. 3. Agronegócio. 4. Agricultura familiar. 5.
Instituições sociais como ferramentas de seg. alimentar. I.
Araújo Sobrinho, Fernando Luiz, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Janete, que sempre lutou e se sacrificou para que eu tivesse condições dignas para estudar. Passamos por muitas dificuldades e graças a ela seguimos em frente. Obrigado, mãe.

Agradeço ao meu tio, Ademésio, que sempre me aconselhou e me incentivou, foi como um segundo pai para mim.

Aos meus familiares, como o Carlos que sempre se disponibilizou para me buscar nas estações do metrô altas horas da noite depois de um longo trajeto de volta para casa. Á minha querida vó pelas orações diárias e ao restante da família que torceu por mim. Obrigado a todos.

Agradeço a você, Samara, por ter me apoiado e ter ficado do meu lado, mesmo após o encerramento de ciclos, foram momentos que ficarão para sempre na minha memória.

Aos melhores amigos que alguém poderia ter em tempos de graduação, Lucas e Filipe, vocês tornaram os momentos difíceis mais suportáveis, e os bons momentos em memoráveis. Obrigada aos dois, espero que a nossa amizade continue pelo restante da vida.

E por último, mas não menos importante, a Universidade de Brasília que foi como uma segunda casa, e não há outro lugar que eu gostaria de estar ao longo desses anos de graduação, que não fosse no campus do Darcy Ribeiro. Terei eterno amor, carinho e saudades.

“São as nossas escolhas, mais do que as nossas capacidades, que mostram quem realmente somos.”

Alvo Dumbledore

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o nível de segurança alimentar e nutricional de famílias que utilizam os serviços de instituições sociais localizadas em uma cidade periférica do Distrito Federal, considerando o contexto privilegiado em que a capital se apresenta em relação ao restante do Brasil. Durante todo o trabalho buscou-se abordar demasiadas questões com variação da escala geográfica. Os procedimentos metodológicos foram organizados a partir da necessidade de cada sessão, sendo: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas estruturadas online, e a catalogação e análise dos dados. A formulação do conceito de segurança alimentar e nutricional se apresenta no século XX, e a sua introdução no Brasil, na segunda metade do mesmo. O tema no país apresentou significativos avanços nos anos 1990 e 2000. Para alcançar o objetivo do respectivo trabalho foram entrevistadas cerca de 60 famílias de duas instituições sociais de Samambaia-DF. Toda a entrevista foi baseada nas pesquisas realizadas por órgãos nacionais e estaduais de segurança alimentar e nutricional.

Palavras chave: Segurança alimentar e nutricional, Insegurança alimentar, Território, Agricultura familiar, agronegócio.

Abstract

This work aims to analyze the level of food and nutritional security of families that use the services of social institutions, considering the privileged context in which the capital is compared to the rest of Brazil. Throughout the work, the present study seeks to address too many issues with varying geographic scale. The methodological procedures were organized based on the need for each session, namely: bibliographical and documentary research, structured indication online, and lastly, the cataloging and analysis of the data. The formulation of the concept of food and nutritional security was presented in the 20th century, and its introduction in Brazil, was in the second half of it. The theme in the country made progress in the 1990s and 2000s. In order to achieve the objective of the work, about 60 families from two social institutions in Samambaia-DF were interviewed. The entire interview was based on surveys conducted by national and state food and nutrition security agencies.

Keywords: Food and nutrition security, Federal District, Territory, Family farming, agribusiness.

Lista de Figuras

Figura 1 - Distribuição do Bioma Cerrado no Brasil e no Distrito Federal.....	47
Figura 2 - Fitofisionomias do bioma Cerrado	48
Figura 3 - Localização do Distrito Federal no Brasil	57
Figura 4 - Região Administrativa de Samambaia	67
Figura 5 - Oficina infantil sobre alimentação saudável realizada em 2018.....	75
Figura 6 – Horário do almoço	75
Figura 7 - Lanche da tarde	76

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Área plantada (hectares)	54
Gráfico 2 – Perfil dos(as) chefes de família	68
Gráfico 3 – Perfil dos(as) chefes de família	69
Gráfico 4 – Perfil dos(as) chefes de família	70
Gráfico 5 – Perfil dos(as) chefes de família	70
Gráfico 6 - Idade das crianças selecionadas para a pesquisa	71
Gráfico 7 - Importância da creche para a alimentação das crianças em uma escala de 1 a 5	73
Gráfico 8 - Importância da creche para o consumo de FLV em uma escala de 1 a 5	74
Gráfico 9 - Impacto na renda familiar a partir dos gastos em alimentação em uma escala de 1 a 5... ..	77

Lista de quadros

Quadro 1 - Descrição dos graus de (in) segurança alimentar.....	26
Quadro 2 - Principais características que compõem as dimensões alimentar e nutricional...	32
Quadro 3 - Externalidades ambientais comuns nos sistemas alimentares modernos	52

Sumário

Introdução.....	14
Seção 1 – Os vários aspectos da segurança alimentar e nutricional no âmbito internacional e no Brasil.....	22
1.1 A pobreza e a fome a face da insegurança alimentar.....	22
1.2 Segurança alimentar e nutricional um conceito em construção.....	26
1.3 Direito humano à alimentação adequada e a conexão com a segurança alimentar e nutricional.....	32
1.4 Pobreza, fome e insegurança alimentar no Brasil.....	33
1.5 Segurança alimentar e nutricional no Brasil: Construção e políticas públicas.....	36
1.5.1 Programa Fome Zero.....	39
1.5.2 Programa de Aquisição de Alimentos.....	40
1.5.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	40
1.5.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	41
1.5.5 Programa Bolsa Família.....	41
1.5.6 Rede de banco de alimentos Mesa Brasil Sesc.....	41
1.6 Uma breve contextualização sobre segurança alimentar e nutricional e a SARS-CoV-2 no Brasil.....	42
Seção 2 – Segurança alimentar e nutricional na região Centro-Oeste e as políticas públicas de cunho alimentar do Distrito Federal.....	44
2.1 O bioma Cerrado e a territorialização do agronegócio na região Centro-Oeste.....	45
2.1.2 O conflito entre o espaço rural na região Centro-Oeste e a Lei nº 11.346.....	50
2.2 Segurança alimentar e nutricional na região Centro-Oeste do Brasil.....	53
2.2.1 Produção de alimentos.....	53
2.2.2 Acesso à alimentação adequada.....	55
2.2.3 Políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional/territorialização das políticas públicas federais.....	55
2.3 Segurança alimentar e nutricional: o Distrito Federal em números.....	56
2.3.1 Consumo de alimentos saudáveis.....	58
2.3.2 Consumo de alimentos pouco nutritivos.....	59
2.3.3 Insegurança alimentar.....	60
2.4 Segurança alimentar e nutricional: Principais políticas públicas atuantes no Distrito Federal.....	61
2.4.1 PAA-DF.....	62
2.4.2 PNAE-DF.....	63
2.4.3 PAPA-DF.....	63
	12

2.4.4 Programa de Alimentação Escolar	64
2.4.5 Programa Prato Cheio.....	64
Seção 3 – A importância das creches para os moradores de Samambaia-DF no viés da segurança alimentar e nutricional.....	65
3.1 Uma breve contextualização sobre a 12º Região Administrativa do Distrito Federal	65
3.2 O perfil dos(as) chefes de famílias assistidas pelas creches entrevistadas	68
3.3 Segurança alimentar e nutricional: Em relação as crianças	71
Considerações finais.....	78
Bibliografia	81

Introdução

A preocupação do homem com as formas de suprir suas necessidades alimentícias o seguem desde os primeiros registros do homo sapiens. A alimentação é vital para a sobrevivência e desenvolvimento saudável da espécie humana, bem como de outras espécies. Há muitos milênios os homens e mulheres seguem praticando e desenvolvendo técnicas cada vez mais aprimoradas para obtenção dos seus respectivos alimentos, técnicas estas, que foram essenciais para o povoamento antrópico da Terra e o desenvolvimento das civilizações tal como conhecemos hoje.

Do período Paleolítico (10.000 A.C) e grande parte do período Neolítico (13.000 A.C), a principal preocupação do homem nômade seguia na alimentação, tendo como aliado os modos predatórios baseados na caça de animais e na coleta de alimentos vegetais para sanar a fome dos pequenos e médios grupos heterogeneamente distribuídos pelo planeta. Apesar das dificuldades encontradas à época, a espécie humana seguiu seu crescimento pelo aprimoramento das técnicas predatórias cada vez mais eficazes, a ponto de levar outras espécies a beira ou total extinção e de multiplicar o número de habitantes humanos de 5 a 50 milhões entre 10.000 a 5.000 antes da era atual (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Com a descoberta gradual da agricultura no período Neolítico, o número de habitantes proeminentes da predação, foram essenciais para o desenvolvimento e para a expansão da agricultura no mundo, o que ocasionou em uma verdadeira revolução dos modos produtivos e sociais, qual, proporcionou a transformação do homem nômade em sedentário, produtor do próprio alimento através das sementes e animais domesticados após a descoberta da agricultura.

O aumento demográfico planetário, a divisão social e territorial do trabalho, o crescimento de vilas e civilizações foram consequência da revolução do Neolítico. Estima-se que entre o século XI D.C ao XIII D.C (MAZOYER & ROUDART, 2010), com o aumento da produtividade agrícola e a produção de excedentes, surgem diversas outras atividades com alta, pouca ou nula ligação a agricultura, tais como: artesanato, comércio, indústria, sacerdotes, exércitos, artistas e intelectuais, além de um modo de produção que passa do primitivo para formas mais elaboradas e organizadas em diversas escalas. A cidade de Paris (Séc. XIII D.C.), por exemplo, era um centro irradiador do artesanato, comércio e cultura, além de ser considerada a maior cidade europeia no tempo espaço especificado.

No entanto, as sociedades que se desenvolveram ao longo dos séculos, nunca deixaram de apresentar esforços e preocupações com a questão alimentar, preocupações estas, que foram

motivadas pelas guerras, pestes e fome pelo qual passou a população europeia e de outros continentes, além da sensação de superpovoamento que esteve intrínseco a estas sociedades. Por exemplo, a França no Séc. XIII D.C. contava com 10 milhões de habitantes, e a mesma no séc. XVIII D.C. apresentava 20 milhões.

Em ambos os séculos os líderes e autoridades da época se queixavam da superpopulação e dos índices de crescimento de fome caso a população aumentasse, pois a produção de alimentos estava a chegar ao seu limite. Esta ideia, ou este paradigma, sempre foi superado a partir das mudanças nas bases técnicas agrícolas e das expansões das fronteiras de produção. Muito se debateu no espaço acadêmico a relação entre crescimento populacional e produção de alimentos, qual alimentaram ideologias de diferentes vertentes a partir de suas respectivas formulações.

Um famoso embate de forças ocorreu entre o economista inglês Thomas Malthus (1776-1834) e o filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883), que originaram diferentes correntes de pensamento a partir das formulações de teorias quase que antagônicas em relação ao crescimento populacional, produção de alimentos e pobreza.

Segundo Malthus (1982) as sociedades em condições naturais, ou seja, sem obstáculos reprodutivos, tenderiam, numericamente, a crescer infinitamente mais do que a sua capacidade de produzir alimentos, em outras palavras, a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção cresce em progressão aritmética, portanto o aumento demográfico deveria ser controlado através de políticas governamentais.

Malthus (1982) também naturaliza as desigualdades de renda e de acesso à terra, já que na posse das elites, irão ser transformados em investimentos que beneficiam o restante da sociedade. Políticas sociais, tais como, de distribuição de renda aos pobres, na visão de Malthus (1982), contribui para o agravamento dos índices de pobreza, pois os pobres gastariam seu capital excedente com festas da carne, contribuindo para o aumento do preço dos alimentos e consequentemente agravando o acesso ao mesmo.

Já Marx, Karol e Silva (2020), afirmam que:

Já no século XIX, Karl Marx — retomando ideias dos economistas clássicos, como David Ricardo por exemplo — deu um passo adiante e argumentou que a fome era causada pela distribuição desigual da riqueza e sua acumulação pelos capitalistas. A população depende da organização econômica e social. Os problemas de superpopulação e limites de recursos, enunciados por Malthus, são características inerentes e inevitáveis associadas ao sistema capitalista de produção. (KAROL, SILVA, 2020, p.41).

O ciclo¹ da superpopulação, da modernização da técnica e da expansão das fronteiras agrícolas tendeu a se repetir na história recente, por exemplo, no século XX, a partir das influências da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, do sistema econômico das nações hegemônicas, e principalmente, do crescimento populacional aliado aos índices de insegurança alimentar que caracterizaram tal período.

O ciclo acima citado, motivou aumentos de produtividade para suprir a demanda mundial de alimentos e o combate à fome no mundo², ocasionando diversos impactos ambientais. No Brasil, a introdução do capital nos espaços do campo acontece no pós-guerra, por volta dos anos 1950, segundo Matos e Pessôa (2011) o próprio governo considerava a sua agricultura atrasada e que o país produzia de forma arcaica, deste modo, deveriam ser introduzidos novos métodos agrícolas, mais modernos e que proporcionasse maior produtividade acompanhado do desenvolvimento no âmbito industrial do país.

Ainda segundo Matos e Pessôa (2011), iniciativas foram tomadas a partir dos anos 1950 por parte dos Estados Unidos e da Europa para incluir economias periféricas no âmbito do capitalismo global através da venda dos pacotes tecnológicos por parte de grandes multinacionais para países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde o setor agropecuário, historicamente, é o seu principal pilar econômico.

Estes pacotes eram formados por insumos agrícolas com alto grau de tecnificação, tais como, maquinário (tratores, colheitadeiras, arados etc.), produtos químicos (agrotóxicos, adubos, fertilizantes etc.) além das sementes geneticamente modificadas (ELIAS, 2013). Estes pacotes tecnológicos abriram novas possibilidades de expansão agrícola nestes países subdesenvolvidos, pois o setor agropecuário possuía mais recursos para enfrentar divergências de solo, clima³ etc. Consequentemente, o aumento produtivo diminuiria os índices de fome.

Posteriormente este fenômeno foi definido como Revolução Verde e foi acompanhado por uma forte ideologia capitalista de desenvolvimento (GÓMEZ, 2006), qual se preocupava somente com o nível de produtividade agrícola para mensurá-lo, sob a imagem de combate a fome no mundo.

Segundo Smith (1988), a produção do espaço sob a luz do capitalismo estampa as desigualdades sociais a partir da concentração de renda, do trabalho assalariado e da exploração

¹ Assim como no exemplo especificado em relação a França no século XIII e XVIII.

² Havia o entendimento que a fome decorria da insuficiência produtiva de alimentos nos países pobres.

³ É o caso da expansão das fronteiras agrícolas e consequentemente do agronegócio para a região do Cerrado no Brasil.

dos recursos naturais por parte dos capitalistas e o objetivo final sempre estará no lucro, independentemente do detrimento dos outros sujeitos que compõem o espaço geográfico.

Para Harvey (2004), para que o modo de produção capitalista não entre em declínio, faz-se necessário a criação de novos espaços de acumulação e lucro. Pode-se observar no séc. XX com a capitalização da agricultura global. O mesmo se complementa (2011), onde explicita que o capitalismo sempre continuará vivo enquanto houver consumo, pois está em constante transformação no tempo espaço, buscando se adaptar aos contextos específicos, transformando quase tudo em mercadoria em meio a formação de uma sociedade global, conectada através das redes de informação, ou seja, uma sociedade em plena globalização.

A insegurança alimentar se apresenta quando o acesso ao alimento é escasso em quantidade, qualidade e constância (CONTI, 2009). Segundo Mazoyer e Roudart (2010), no séc. XX, aproximadamente 800 milhões de pessoas sofriam de subnutrição crônica, ou seja, se encontram em casos de insegurança alimentar. No séc. XXI este número ultrapassa 1 bilhão (CONTI, 2009), mesmo após o extraordinário aumento produtivo proporcionado pela mecanização do campo a partir da Revolução Verde, o que explicita que a territorialização do capital no campo não auxiliou no combate à fome e também alavancou as desigualdades sociais, através da concentração de renda e de terra, antes já considerados altos em países em desenvolvimento.

No Brasil, por exemplo, a modernização do campo ficou marcada pela expansão dos velhos latifundiários e pela expulsão dos pobres do campo, Santos (1996) afirma que o Brasil conheceu o maior índice de êxodo rural da sua história entre os anos 1960 e 1980, período que coincide com a inserção da Revolução Verde no país. O pobre do campo ao migrar para as cidades se torna um pobre da cidade, mal integrado aos meios proporcionados pela urbanização (RIBEIRO, SILVA, RODRIGUES, 2011).

A segurança alimentar e nutricional é definida pelo acesso ao alimento dentro de quatro pilares, sendo eles, quantidade, qualidade, regularidade e dignidade (FAO, 1996). O tema nunca esteve tão latente como do séc. XX em diante. Diversos esforços globais se direcionaram ao tema, seja por empatia, obrigação, relações de poder, segurança nacional ou oportunidade de lucro.

O tema deixou de ser ocultado em muitos países do mundo após a Primeira Guerra mundial, que escancarou que as provisões de alimentos eram extremamente frágeis em grande parte do planeta, sendo, portanto, uma questão de cunho humanitário e de segurança nacional. A fome e a pobreza deveriam ser combatidos através do cooperativismo internacional, e segundo Silva (2014), as duas lacunas poderiam incentivar quadros de instabilidade social e

política em países periféricos e conseqüentemente desencadear revoluções. Desse modo, o combate à fome e a pobreza se tornou um elemento fundamental na disputa geopolítica global.

Deve-se salientar a importância do tema, pois a pobreza e a fome acarretam na não satisfação de necessidades básicas do ser humano, tanto na saúde, quanto em áreas sociais. A insegurança alimentar pode gerar déficits nutricionais extremamente importantes para o desenvolvimento saudável do homem, a má alimentação aliada ao baixo consumo nutricional que está estritamente relacionada com o surgimento de diversas doenças, como a avitaminose, responsável por causar diversas outras doenças, tais como, anemia, dermatite, cegueira, hemorragias, beribéri (tremedeira), dentre outras (TONIAL, 2009).

Os efeitos citados também acarretam diretamente na integração social destes indivíduos em meio a sociedade, pois, suas habilidades sociais sofrem igual impacto ao seu estado de saúde (SILVA, 2014).

Diversos autores, e a própria Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), criada em 1945, sendo a principal organização internacional responsável por direcionar e indicar ações e políticas para a alimentação e agricultura, visando erradicar a fome em nível global, reconhecem os baixos esforços em políticas sociais em diversos países apesar do aumento produtivo global proporcionado pela Revolução Verde.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, o mundo veio a compreender melhor a segurança alimentar e adotar medidas em seus respectivos países. Este acontecimento se transpassou através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que incluiu o Direito Humano à Alimentação, enriquecendo o debate da segurança alimentar no planeta por intermédio da FAO e da ONU⁴ (DUDH, art. 25).

O marco pode ser considerado um divisor de águas e impulsionou em várias regiões do mundo a criação de leis e órgãos direcionados ao tema, como é o caso brasileiro. Ressalta-se que o conceito de segurança alimentar da época, incorporava, principalmente, a ideia de acesso ao alimento, não incluindo questões de qualidade nutricional. Portanto, foi disseminada a ideia de que o problema do acesso ao alimento poderia ser solucionado com elevação produtiva do setor agrícola com a introdução da tecnologia geradas pelas guerras.

Isto foi reforçado na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar realizada no ano de 1974, onde, reafirmou-se a ideia de modernização da agricultura visando aumento produtivo, principalmente em países em desenvolvimento, deste modo, os índices de fome e

⁴ Organizações das Nações Unidas.

desnutrição seriam consideravelmente erradicados no mundo, algo que sabemos que não aconteceu (MELO et al., 2017).

No Brasil, índices de fome e miséria sempre estiveram presentes ao longo da sua história. Há indícios de fome, por exemplo, no período colonial, onde os escravos morriam devido a não terem acesso à alimentação adequada, nem em quantidade, quanto qualidade (NOGUEIRA, 2008). Porém o país pode ser considerado um exemplo de participação em eventos internacionais e das tentativas por parte do Estado, mesmo que sem grande impacto, ligadas a segurança alimentar e nutricional.

Diversos esforços foram realizados entre o séc. XX e XXI, tais como, programas e intervenções diretas do Estado brasileiro que visavam, principalmente, o abastecimento das grandes metrópoles brasileiras que vinham em ascensão acompanhadas pela desruralização do campo provocada pela modernização da agricultura, que favoreceu o crescimento do monopólio de terras pelos grandes latifundiários (RIBEIRO, SILVA, RODRIGUES, 2011).

A mecanização do campo no Brasil, acompanhada pela Revolução Verde, como já abordado, avançou nas regiões brasileiras com forte cunho desenvolvimentista, o futuro do Brasil se encontrava no campo. Há correntes de pensamento que apontam que o objetivo era erradicar ameaças comunistas do continente sul americano com a capitalização dos ambientes rurais, que recebeu aporte financeiro internacional. Para Gómez (2006), a Revolução Verde, foi uma estratégia de reprodução do capital, como também uma estratégia de controle social.

Apesar disso, a mecanização do campo brasileiro elevou o patamar agrícola do Brasil em escalas mundiais, o país se tornou, atualmente, um dos maiores produtores de commodities do mundo, aliado ao modo produtivo denominado agronegócio.

Porém, em contraste a este cenário, o país também possui um dos maiores índices de desigualdade social mundo, tanto no acesso à renda, que de acordo com Josué de Castro, autor do livro Geografia da Fome (1984), é um dos principais motivos para a insegurança alimentar que assola os territórios nacionais, quanto no acesso à terra por parte da agricultura familiar. Esta última, uma importante aliada no desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional no país, apesar de ter muito menos territórios em extensão física, menos financiamento bancário e aporte estatal se comparado com os grandes produtores do agronegócio, que direcionam grande parte das suas produções para o mercado externo.

Deste modo, como objetivo geral a pesquisa se propôs analisar o contexto geral da segurança alimentar e nutricional no país, desde as principais políticas de cunho nacional, estadual e mais especificamente no Distrito Federal, dos anos 90 até a atualidade, .na forma de estudo de caso, correlacionar o contexto nacional ao contexto local.

Dentre os objetivos específicos estão: entender o desenvolvimento do conceito de segurança alimentar em âmbitos internacionais e nacionais; identificar as principais iniciativas por parte do Estado que visavam e visam promover o combate à fome e auxiliar no desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional no Brasil; entender como estas iniciativas do Estado atuam em escala regional e local; buscar identificar de forma geral como o agronegócio brasileiro e a agricultura familiar nacional contribuem para a promoção da segurança alimentar e nutricional no país.

As perguntas orientadoras da pesquisa, versam sobre **como** as políticas públicas, como o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), lançado em 2003 pelo Governo Federal, ou o programa Mesa Brasil SESC, que abrange mais de 540 cidades brasileiras, contribuem para a promoção da segurança alimentar e nutricional de instituições carentes nas cidades periféricas do Distrito Federal? Qual a importância dessas iniciativas para o desenvolvimento local e para os pequenos agricultores?

Considerando o período atual em que o Brasil e o mundo enfrentam o novo coronavírus, denominando COVID-19, a metodologia viável para a formulação da respectiva pesquisa, foi o método de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008, p. 50) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”. Para contemplar outros objetivos da presente pesquisa, também será utilizado o método de estudo de caso aliado ao uso de entrevistas.

Dessa forma, a seção 1 aborda o desenvolvimento do conceito de segurança alimentar e nutricional, bem como os conceitos que estão estritamente relacionados, tais como, fome, pobreza e insegurança alimentar. Os conceitos são abordados internacionalmente e no Brasil, assim como as principais iniciativas do Governo Federal brasileiro ao combate à fome, a pobreza e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Na seção 2, aborda-se a segurança alimentar e nutricional na região Centro-Oeste e no Distrito Federal. Dessa forma, verifica-se como a questão agrícola se apresenta na região, como variados índices sociais estão vinculadas a segurança alimentar, também verifica-se os principais programas, políticas públicas, iniciativas privadas e parcerias entre o público e privado de âmbito federal, estadual e distrital quais atuam na região e interferem na segurança alimentar e nutricional.

Por último na seção 3, a presente pesquisa apresenta em escala local, mais especificamente em Samambaia, região administrativa do DF (RA XII), o estudo de caso aliado

ao uso de entrevistas estruturadas online (apêndice) em instituições sociais⁵ para mensurar os impactos das políticas públicas nacionais e regionais de segurança alimentar e nutricional nestas instituições, assim como em seu público assistido. Para isso será buscado identificar o nível de segurança alimentar e nutricional das famílias e o quão importante são estas instituições para as mesmas. O objetivo é verificar como os fenômenos de escala nacional se refletem no espaço local.

Sabe-se que estas instituições sociais presentes na cidade recebem aporte de alguns programas de distribuição de alimentos, e as mesmas prestam serviços de assistência social, tais como, educação, saúde e cultura para milhares de crianças, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade econômica e social, portanto podem ser consideradas importantes ferramentas de segurança alimentar e nutricional em escala local.

⁵ O termo instituição social aqui utilizado, remete-se as instituições públicas e privadas que prestam serviços sociais para crianças (principalmente), jovens e adultos.

Seção 1 – Os vários aspectos da segurança alimentar e nutricional no âmbito internacional e no Brasil

A presente seção tem por objetivo discutir os conceitos de segurança e insegurança alimentar e nutricional por meio de pesquisa bibliográfica e documental, para analisar o panorama geral de como os conceitos se desenvolveram no Brasil e modificaram a Geografia do país, a partir do seu desenvolvimento em escala global.

Para isso será verificado as principais ações do Estado brasileiro ao longo do séc. XX e XXI que visaram modificar o acesso da população brasileira ao alimento, em quantidade, qualidade e constância. Em contraste a discussão, será levantada a dicotomia produtiva apresentada pelo espaço rural nacional, que ocorre entre agricultura familiar e o agronegócio. O objetivo será verificar como esta dicotomia está relacionada com a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros.

1.1 A pobreza e a fome: a face da insegurança alimentar

O crescimento e desenvolvimento da Humanidade ao longo dos séculos condicionaram uma série de latentes questões que emergiram, principalmente, no século XX. As grandes sociedades europeias se viam no direito de dominar o mundo sob a luz do imperialismo entrelaçado ao capital, a tecnologia e a indústria. A Inglaterra, por exemplo, no fim do século XIX, possuía domínio territorial de um quarto da superfície da Terra (DECCA, 2006) e outros países como França, Alemanha⁶, Bélgica e Itália não ficavam muito para trás na busca por territórios para colonização e exploração (HOBSBAWN, 1988).

A busca do território, sempre significou a busca pelo poder e pelo controle em grande escala. Na denominada Era dos Impérios (1875-1914), a expansão territorial, a principal característica de um império, era motivada, principalmente, pela irrefreável força do capital industrial pela expansão e formação de novos mercados adjunto a exploração de matérias primas⁷ (HOBSBAWN, 1988).

A expansão dos impérios no séc. XIX e XX ocorre majoritariamente no continente africano (DECCA, 2006), as características como, fome e pobreza que assola grande parte das nações que compõem o continente, é um efeito desta colonização forçada pelos europeus, além das mudanças culturais impostas, como o racismo e diversas formas de corrupção decorrente do tráfico de pessoas (LINHARES, 2005).

⁶ A Alemanha recém unificada era considerada atrasada em relação aos outros países europeus, porém em pouco tempo se tornou uma potência industrial e imperialista. Ver Hanna Arendt.

⁷ Ferro, cobre, petróleo, diamantes etc.

Na Europa a luta de classes, a desigualdade social, a concentração de renda sob posse de pequenas elites, era característica comum no período pré Primeira Guerra Mundial, o próprio filme RMS Titanic é o reflexo da sociedade europeia da época.

No referido filme, a sede do homem de desbravar o mundo despertada pela ciência, pelo imperialismo e pelo capital industrial; as classes altamente segregadas, divididas em andares pelo navio de acordo com a porcentagem de concentração de renda, com a burguesia no topo (DECCA, 2006). O próprio naufrágio pode ser relacionado ao conflito de interesses imperialistas entre as próprias nações que compõem o continente europeu, quais acarretaram na Primeira Guerra Mundial.

A onda imperialista por qual se caracterizou o séc. XIX e grande parte do séc. XX, foram, em alguns casos, inspiradas por cientistas sociais, tal como o geógrafo Friedrich Ratzel, autor do conceito espaço vital. Para Ratzel (1990), o território, era a fração necessária para o desenvolvimento social e econômico de uma nação, portanto o espaço é vital para o crescimento e desenvolvimento da mesma. Entretanto a influência do conceito, assim como a sua interpretação, variou de acordo com os contextos em que as nações, principalmente a alemã, resolveram segui-lo.

O capitalismo sempre evidenciou que se desenvolve de forma seletiva no espaço geográfico, traçando seu desenvolvimento por meio das diferenças, quais, se tornaram naturais ao homem contemporâneo. As crises sociais, econômicas emergentes no século XX, levaram os cientistas de diversas áreas a se debruçar sobre estes fenômenos.

A pobreza e a fome que caracterizam a insegurança alimentar, são alguns destes fenômenos, qual, podem desencadear nas mais precárias condições em que um homem ou mulher podem se deparar ao longo da vida. Devido à falta de renda e de outros elementos fundamentais para satisfazer as necessidades mais básicas que o ser humano necessita, como se alimentar diariamente com alimentos saudáveis em quantidade e qualidade.

Mesmo que em menor escala, a fome faz parte das sociedades de todos os países do mundo. Entretanto no continente africano estas características podem ser encontradas com maior facilidade, fruto de anos do imperialismo perverso proveniente das intervenções de nações europeias na disputa territorial do continente.

Vale ressaltar que a pobreza e a fome não são características exclusivas do séc. XX e muito menos do continente africano, porém o tema se tornou mais latente a partir deste, tanto que no Brasil a preocupação com a falta de alimentos surge no século XVI (BELIK, 2003), há indícios de fome, por exemplo, no período colonial, onde os escravos morriam devido a não

terem acesso à alimentação adequada, nem em quantidade, quanto em qualidade (NOGUEIRA, 2008).

Entretanto, o direito à alimentação só se torna parte da constituição brasileira a partir da emenda 064/2010, fruto de décadas de discussões e orientações em eventos internacionais sediados pela ONU e pela FAO, a principal organização internacional responsável por direcionar e indicar ações e políticas para a alimentação e agricultura. Ressalta-se que o combate à fome e a pobreza passou a ser um elemento fundamental na disputa geopolítica global no séc. XX, para isso a cooperação internacional se tornou essencial (SILVA, 2014).

Assim como os conceitos da Geografia, os temas que cercam a segurança alimentar e nutricional são cotidianamente utilizados pela sociedade através do senso comum. Sendo eles, por exemplo, a pobreza, a fome e a insegurança alimentar. Corriqueiramente estes temas são noticiados nacionalmente em sites, canais de televisão, redes sociais, rádios e possuem estreita relação com a segurança alimentar e nutricional, portanto, antes de tudo, devem ser totalmente compreendidos.

A pobreza, que possui relação direta com a fome e a segurança alimentar e nutricional, foi uma das pautas centrais por parte do governo brasileiro, principalmente na primeira década dos anos 2000, com o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que criou e expandiu vários programas de cunho alimentar, com destaque para o Programa Fome Zero que ficou reconhecido internacionalmente como um modelo de combate à fome.

Várias são as facetas da pobreza, quais podem inferir em diferentes abordagens para analisá-la, e geralmente são relacionadas com questões especificamente econômicas, porém, podem estar relacionadas a outros fatores, tais como, sociais, culturais, morais, éticos e dentre outros (VARGAS, 2019)

Por muito tempo, a pobreza foi relacionada com a preguiça e a indisposição para trabalhar, e ainda hoje é utilizada de forma precoce sobre determinadas regiões brasileiras para justificar deficiências sociais. A pobreza pode acontecer em diferentes níveis⁸, tanto nos espaços rurais como em espaços urbanos.

A pobreza relativa, que segundo Kageyama e Hoffman (2006), pode ser caracterizada por ter menos que os outros da região onde o indivíduo(s) está inserido, o cálculo é realizado pela média geral do nível de vida da população local, o que pode trazer grandes discordâncias entre o teórico e a regionalizado, principalmente em sociedades assimétricas como a brasileira

⁸ Nesta pesquisa serão adotadas as perspectivas de pobreza relativa e pobreza absoluta

caracterizada pela desigualdade social, portanto, os dados de pobreza podem ser consideravelmente mascarados, o que prejudica a aplicação de políticas públicas.

A pobreza absoluta, de acordo com Silva (2014), ocorre quando uma determinada pessoa ou família não possuem renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas, o que torna quase impossível, no modelo de sociedade atual, a providência adequada de alimentos, saúde, educação, segurança e na última prateleira, o lazer.

Ressalta-se que dificilmente a pobreza se encontra distribuída de forma homogênea no espaço geográfico, o que se observa são espaços de exclusão, onde as pessoas de classe mais baixa, e que sofrem, por exemplo, com a pobreza, a fome e a insegurança alimentar, se concentram e partilham das mesmas características, e muitas das vezes possuem um senso coletivo mais aguçado e juntas lutam para garantir a sobrevivência de todos (SILVA, 2014).

A fome acontece quando o indivíduo não tem condições de obter uma alimentação adequada, tanto em quantidade, quanto em qualidade, em seu dia-a-dia para garantir a quantidade de energia suficiente que seu organismo necessita para realizar as atividades normais, tais como, demandas metabólicas e atividades físicas.

Segundo Conti (2009), a fome também é caracterizada pela privação de nutrientes diários que provocam um conjunto de sensações fisiológicas que induzem a pessoa a procurar alimentos que cessam ao serem ingeridas. Valente (2003), complementa que a fome pode levar a subnutrição humana, e está intimamente vinculada à pobreza. Em relação à nutrição humana, a FAO aponta que uma pessoa precisa consumir de 1.900 a 2.400 quilo calorias por dia para estar devidamente alimentada.

A insegurança alimentar, por outro lado, pode ser classificada em três níveis, sendo leve, moderada e grave. A insegurança alimentar leve se configura no medo ou preocupação em não ter acesso a alimentação no presente futuro (CONTI, 2009).

A insegurança alimentar moderada se apresenta de forma mais concreta, e se caracteriza pela diminuição ou racionamento de alimentos, para que não venha a faltar antes da chegada de novos suprimentos, o que normalmente, acontece de maneira mensal no Brasil. E também há a insegurança alimentar grave, que anda de braços dados com a pobreza absoluta, e acontece quando o indivíduo sofre de subnutrição crônica, em outras palavras, passa fome, e de modo mais quantitativo, sobrevive com menos de 1 dólar por dia (CONTI, 2009).

Quadro 1 - Descrição dos graus de (in) segurança alimentar

Situação de (in) segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: Gualdani, 2019, apud CODEPLAN, 2016.

Também há outras facetas da insegurança alimentar de discussão mais recente, onde a fome não é o ponto central da questão, mas sim o consumo exacerbado de alimentos ultraprocessados e que contribuem para o aumento dos índices de obesidade, diabetes e dentre outras doenças de cunha alimentar, que afetam o planeta como um todo (GUALDANI, 2019).

Atualmente cerca de 1 bilhão de pessoas sofrem de subnutrição crônica no mundo, ou seja, se encontram em casos de insegurança alimentar grave. No séc. XX este número chegava a cerca 800 milhões de pessoas (CONTI, 2009). A má alimentação aliada ao baixo consumo nutricional está estritamente relacionada com o surgimento de diversas doenças, como a avitaminose, responsável por causar diversas outras doenças, tais como, anemia, dermatite, cegueira, hemorragias, beribéri (tremedeira), dentre outras (TONIAL, 2009).

Os efeitos acima citados, acarretam diretamente na integração social destes indivíduos em meio a sociedade, pois, suas habilidades sociais sofrem igual impacto ao seu estado de saúde (SILVA, 2014).

1.2 Segurança alimentar e nutricional um conceito em construção

A alimentação é um fator fundamental e inato aos animais, e, conseqüentemente, ao ser humano. O ato de se alimentar remete a satisfação de necessidades biológicas, entre as quais, está a fome. Para as mulheres e homens, também adentram questões sociais e culturais desenvolvidas no espaço geográfico, quais também o modificam.

O problema da fome no mundo é um fator histórico, segue a humanidade nos mais diversos contextos e localidades no desenvolver do tempo. O contexto mais comum onde a insegurança alimentar, moderada e grave, aparecem com maior vigor são em guerras e em pestes quais atravessou a humanidade (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Pode-se observar este fato, por exemplo, na Rússia no fim do séc. XIX e na primeira metade do séc. XX, na guerra contra o Japão (1904-1905), na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na guerra civil (1918-1920). Os períodos citados ficaram marcados pelo comprometimento do abastecimento alimentar da população russa (FERREIRA, 2000).

Não coincidentemente a preocupação com a fome passa a ter vital importância após a Primeira Guerra Mundial, principalmente na Europa, pois tratava-se da segurança nacional, e manter a população e o exército devidamente alimentado era essencial em caso de guerra (MELO et al., 2017). Deste modo, o conceito de segurança alimentar começava a ser discutido nas primeiras décadas do séc. XX.

Entretanto, apesar do caráter nacionalista, a preocupação com a fome acontece em escala mundial e deveria ser enfrentada através do trabalho em conjunto entre as nações. E para marcar o início da caminhada internacional ao combate a fome no mundo, independente dos motivos⁹, é realizada a Conferência de alimentação de Hot Springs, Estados Unidos, no ano de 1943, qual:

(...) marcou esse novo envolvimento internacional em torno da questão da fome. Essa foi a primeira conferência convocada pelas Nações Unidas para debater estratégias diante do cenário de destruição e das necessidades de reconstrução do mundo após o fim da guerra, que já dava sinais de definição. Embora a proposta apresentada nesse evento de garantir um mecanismo de cotas e ajuda alimentar, para que cada país pudesse reerguer sua produção alimentar de forma soberana, não tenha sido aprovada, houve um desdobramento institucional muito importante. Entre suas proposições, foi definida a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – Food and Agriculture Organization (FAO) –, que veio a ocorrer em 16 de outubro de 1945 (...). (SILVA, 2014, p.9).

A Segunda Guerra Mundial mudou a forma dos homens e mulheres de verem o mundo e marca o início de novas estruturas sociais, e a formulação do espaço racionalizado (SANTOS, 1996). A criação da ONU¹⁰ e da FAO¹¹ demonstram estas afirmativas, já que as duas organizações, e principalmente a FAO, possuem objetivos ligados a erradicação da fome e da insegurança alimentar nos seus 3 níveis, e também buscam diminuir os índices de pobreza em escala global (BELAIDI, 2014).

⁹ Existem algumas correntes de pensamentos que apontam os motivos para a preocupação com a fome no mundo por parte das nações hegemônicas, sendo, por exemplo, a disputa geopolítica global e a capitalização da agricultura.

¹⁰ A ONU possui hoje 193 países-membros.

¹¹ Atualmente, a FAO conta com 191 países-membros, mais a Comunidade Europeia (CE).

Entretanto, no pós guerra, a segurança alimentar foi majoritariamente tratada como uma questão de insuficiência de disponibilidade de alimentos (BURITY et al., 2010). Em outras palavras, o conceito de segurança alimentar baseava-se no acesso aos alimentos, por exemplo, pelo indivíduo que se encontrava em casos de insegurança alimentar grave. E a fome era vista como resultado do rápido crescimento demográfico planetário, dessa forma, repete-se as regularidades¹² encontradas no desenvolver da humanidade (DUROSELLE, 2000).

A resposta, após a formulação do conceito e a causa da fome, seria a elevação produtiva do setor agropecuário, a ideia começa a circular por volta da década dos anos 1950, principalmente nos países do sul global, quais foram guiados pelo movimento já denominado Revolução Verde. O movimento baseava-se na premissa que a elevação produtiva proporcionada pelo uso da alta tecnologia agrícola, gerada pela guerra, poderia erradicar consideravelmente os índices de insegurança alimentar e gerar a oferta e o acesso aos alimentos (RAMOS; CUERVO, 2012).

A Revolução Verde foi impulsionada por algumas empresas privadas, como a multinacional Ford, de origem estadunidense, que pregava e investia no uso de sementes geneticamente modificadas, insumos químicos e maquinário pesado para o uso no campo. Com isso, diminuiria o tempo de produção e aumentaria a produtividade agrícola (RAMOS; CUERVO, 2012).

Segundo Matos e Pessôa (2011), as iniciativas tomadas a partir dos anos 1950 por parte dos Estados Unidos e da Europa, teve como objetivo, incluir economias periféricas no âmbito do capitalismo global através da venda dos pacotes tecnológicos por parte de grandes multinacionais para países em desenvolvimento, visando a modernização e a capitalização da agricultura.

Sobre isso, Maluf e Menezes afirmam que “o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos)” (MALUF e MENEZES, 2000, p. 1)

Com a entrada da década dos anos 1970, os estoques globais de alimentos estavam baixos e os desafios da luta contra fome permaneceram vivos e sem solução, e até então o conceito de segurança alimentar permanecia ligado a elevação produtiva do setor agrícola (MELO et al., 2017).

¹² A regularidade é a existência de uma longa série de semelhanças que parecem transcender as épocas e, conseqüentemente, ser ligadas à própria natureza do homo sapiens (DUROSELLE, 2000, p.358)

A partir deste contexto, em 1974 a FAO organizou o evento denominado I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, o mesmo ficou centrado na necessidade do aumento da produtividade agrícola e na melhoria da distribuição alimentar (MELO et al., 2017), ou seja, para alcançar a segurança alimentar, não era suficiente produzir alimentos, também era necessário garantir a regularidade do abastecimento.

Ressalta-se que o enfoque da época não estava respaldado na declaração dos direitos humanos de 1948, segundo Burity et al (2010), o foco não estava nas pessoas e sim no produto, ficando a dimensão do direito humano em segundo plano.

Nas duas décadas que sucederam o evento sediado pela FAO, em 1974, houve a intensificação da Revolução Verde pelo mundo e os ganhos de produtividade foram consideráveis, Burity et al (2010) p.12, afirma que “Essa estratégia aumentou a produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou aumento da garantia de acesso aos alimentos.”.

Uma das justificativas para o aumento da fome, concede no fato que a modernização agricultura afetou gravemente os agricultores familiares pelo mundo, forçando-os a migrar para as grandes cidades. No Brasil, Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011), afirmam que o pobre do campo ao migrar para as cidades, se torna um pobre da cidade, mal integrado aos meios proporcionados pela urbanização, enfrentando graves problemas, como desemprego e a precarização social nas periferias das cidades.

Outro país onde a Revolução Verde adentrou fortemente foi a Índia, Burity et al (2010) afirma que:

A Índia foi o palco das primeiras experiências, com um enorme aumento da produção de alimentos, sem nenhum impacto real sobre a redução da fome no país. Mais tarde, seriam identificadas as terríveis consequências ambientais, econômicas e sociais dessa estratégia, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos. (BURITY et al., 2010, p. 11).

No entanto, o conceito de segurança alimentar passou por evoluções na conferência de 74, o debate adentrou parcialmente as camadas sociais e políticas quando abordou questões de distribuição de alimentos pelas populações em situação de insegurança alimentar/vulnerabilidade social.

A partir dos anos 1980, com a intensificação da modernização da agricultura no mundo, os ganhos em produtividade proporcionaram a queda do preço dos alimentos a partir da produção de excedentes, quais eram direcionados para a indústria agroalimentar. Contudo, ficou evidente que o conceito de segurança alimentar herdado da década de 50 e 70 estavam ultrapassados, isso porque não houve a eliminação da fome. Desse modo, nos anos 80, percebe-

se que a fome e a insegurança alimentar estavam intimamente entrelaçadas a pobreza e a desigualdade social, o que ocasionava, o não acesso físico e econômico aos alimentos (RABELO, RUCKERT, 2014).

No âmbito acadêmico, uma importante obra foi publicada por Amartya Sen (1981), na qual ele demonstrou que a fome não ocorre pela falta de alimentos, mas sim das desigualdades sociais construídas pelos mecanismos de distribuição de renda e de alimentos (NASCIMENTO, 2012). Assim, a FAO passou a declarar que o problema da fome no mundo era resultado da pobreza de grande parte da população. Outrossim, o conceito de segurança alimentar passa por mudanças a partir da forma que o conceito de fome é abordado.

De acordo com Melo et al. (2017), o conceito de fome, a partir dos anos 1980, deixa de ser atribuído somente a produção de alimentos e nele passa a ser vinculado ao acesso físico, econômico e centrou-se no acesso regular ao alimento, em quantidades adequadas. Deste modo ficou evidente que para alcançar a segurança alimentar, seria necessário criar as condições que facilitassem a acessibilidade para a parcela da sociedade que necessita, portanto, estas características passam a fazer parte do conceito de segurança alimentar, tais como, a garantia de acesso físico e econômico por todos, de forma permanente e em quantidades suficientes de alimentos (BURITY et al., 2010).

Ao final da década dos anos 80 e início da década de 90, novas são as facetas das discussões em torno da segurança alimentar, e o conceito passa a incorporar outras temáticas, como, a qualidade dos alimentos nos âmbitos nutricionais, o acesso aos alimentos livres de contaminações biológicas, químicas e sanitárias, além de outras discussões secundárias, como a importância de dietas adequadas, hábitos alimentares que elevem a saúde da população, de modo a respeitar hábitos também culturais (RAMOS, CUERVO, 2012).

Desse modo a segurança alimentar passa a ser entendida e adaptada aos países, sendo no caso brasileiro:

a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986).

Ressalta-se que o conceito de segurança alimentar, na década de 90, passa a ser tratado também com seu viés nutricional, portanto, segurança alimentar e nutricional. Onde Leão (2013), p. 13, afirma que “A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito mais diretamente à escolha, ao

preparo, ao consumo alimentar e sua relação com a saúde e com a utilização biológica do alimento.”.

A década dos anos 1990 fortificou o conceito de segurança alimentar e nutricional, muito em função da luta das organizações não governamentais (ONGs) na busca pelo direito humano a alimentação, formalizado em 1948. Em 1992, visando fortalecer o direito citado, a FAO junto a OMS¹³, organizaram a Conferência Internacional de Nutrição, na qual, ficou definido o plano de ação de combate à fome, onde os países presentes buscariam minimizar questões de cunho emergencial relacionadas a insegurança alimentar grave adjunto a subnutrição crônica através de medidas de saneamento e saúde pública (MELO et al., 2017; BURITY et al., 2010).

Assim, a segurança alimentar e nutricional, a partir do plano de ação passa a ser abordada como “acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (FAO, 1996). Desse modo, o direito à alimentação¹⁴ passa a ser reconhecido mundialmente e torna-se um conceito, denominado Direito Humano a Alimentação Adequada, sendo de responsabilidade do Estado a busca pelo mesmo (BELIK, 2012).

Mais recentemente outros termos veem sendo utilizados ao se tratar de segurança alimentar e nutricional. Como o desenvolvimento do conceito, seus planos de ações e dentre outras características, são desenvolvidos em uma ordem internacional, tornando-se inevitável que os países escolham e adaptem determinadas questões ao seu contexto. Deste modo, a noção de soberania alimentar recai quase que naturalmente ao conceito de segurança alimentar. Em relação a isso, Leão (2013), afirma que:

O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e práticas alimentares tradicionais. Além disso, há o reconhecimento de que tal processo deve ocorrer em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social. (LEÃO, 2013, p. 13).

O fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Cuba no ano de 2001, foi mais além ao definir o conceito de soberania alimentar e ao abordar a preservação de práticas de produção alimentares tradicionais, sendo:

O direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação

¹³ Organização Mundial da Saúde.

¹⁴ Não apenas o direito à alimentação, mas os direitos humanos em geral veem sendo construídos ao longo dos anos por meio de movimentos socioespaciais, tornaram-se importantes ferramentas no combate à exclusão e a desigualdade social.

para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (...). A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001).

Aqui aborda-se uma questão fundamental, pois no Brasil, a agricultura familiar é um pilar essencial na busca pela segurança alimentar e nutricional, na garantia do direito humano a alimentação e na defesa dos costumes milenares ligados a cultura campesina.

Quadro 2 - Principais características que compõem as dimensões alimentar e nutricional

Dimensão Alimentar	Dimensão nutricional
• Suficiente para atender à demanda.	• Escolha de alimentos saudáveis.
• Estável e continuada para garantir a oferta permanente.	• Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional.
• Autônoma para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos.	• Consumo alimentar adequado e saudável (sanitária e nutricionalmente).
• Equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas.	• Promoção dos fatores ambientais que interferem na saúde e na nutrição.
• Sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural.	• Promoção dos cuidados com a saúde no âmbito da família e da comunidade.

Fonte: Burity et al. (2010).

Deste modo, pode-se concluir que o conceito de segurança alimentar, aparece de diferentes formas em diferentes épocas e localidades, sendo desenvolvido e adaptado a demanda que determinados contextos necessitam, inclusive entrelaçando-o a outros conceitos estritamente relacionados, como o de fome, o direito humano a alimentação, de insegurança e soberania alimentar.

1.3 Direito humano à alimentação adequada e a conexão com a segurança alimentar e nutricional

Em 1999, a ONU apresentou internacionalmente o conceito denominado direito humano a alimentação adequada, qual é respaldado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que também abrange vários outros direitos, como, o direito à vida, a liberdade, o acesso a água, a educação, ao trabalho e dentre outros direitos quais são universais a todos os seres humanos. Leão (2013), define o direito humano à alimentação adequada:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e

suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (LEÃO, 2013. p. 27).

Percebe-se a semelhança entre os conceitos recentes referentes a segurança alimentar e nutricional, no entanto, o direito humano à alimentação adequada é centrado no âmbito do direito universal, qual é tratado como inato a todos os seres humanos, e que vai além de receitas pré estabelecidas, ou de recomendações de consumo mínimo de nutrientes por dia. O direito humano à alimentação adequada, remete-se ao direito elementar a vida do indivíduo enquanto cidadão, e é claro, respeitando a suas culturas, como a camponesa, indígena ou urbana.

Como o âmbito do conceito remete-se ao direito, é dever do Estado proteger e promover o direito humano à alimentação, com a promoção de políticas e programas que auxiliem na promoção do desenvolvimento econômico e social. Deste modo, promove-se as demandas básicas para se garantir a segurança alimentar e nutricional (ROCHA, BURLANDY, MAGALHÃES, 2013).

Ao fazer menção ao direito humano à alimentação adequada, também implica reconhecer o conceito de fome oculta, demonstrado por Josué de Castro (1984), pois, mesmo que a fome seja uma das principais características da insegurança alimentar, a sua erradicação não garante que a segurança alimentar e nutricional seja alcançada, já que a mesma deixou de ter ligações somente com a disponibilidade de alimentos.

O conceito de fome oculta demonstra que a mesma pode transparecer no consumo de alimentos de baixo valor nutricional, ocasionando em deficiências de micronutrientes no organismo. Portanto, o direito humano a alimentação adequada ao adentrar também na esfera de qualidade nutricional e cultural de hábitos alimentares, também demonstra que é necessário um modelo de desenvolvimento rural, que segundo Leão (2013, p.33) “(...) que valorize os saberes ancestrais de cultivo e o(a) agricultor(a), promovendo também sua saúde e autonomia.”. Sabe-se que, atualmente, este modo de produção rural não é hegemônico na maioria dos países do mundo.

Outrossim, falar do direito humano a alimentação adequada é também falar de segurança e soberania alimentar e nutricional.

1.4 Pobreza, fome e insegurança alimentar no Brasil

Partindo para os âmbitos nacionais, porém, antes de adentrar a segurança alimentar e nutricional no Brasil, é necessário abordar o panorama de como a fome, a pobreza e a insegurança alimentar se apresentaram e se apresentam no país.

Não há como se referir a fome no Brasil, sem citar Josué de Castro, que, a propósito, foi um dos fundadores da FAO, e em 1946 trouxe à tona a questão da fome, abordando-a como um fenômeno que vai além de determinações naturais (GUALDANI, 2019). Silva (2014), aponta algumas das contribuições de Castro ao abordar a fome:

A falta de renda foi diagnosticada por ele como uma das mais sérias ameaças à capacidade das famílias em suprir suas necessidades alimentares. Suas pesquisas pioneiras tiveram um forte impacto na opinião pública nacional e internacional, tendo papel de relevante influência no lançamento do Decreto Lei (DL) no 399, que estipulou a criação do salário mínimo (SM) nacional, em 1938, estabelecendo uma remuneração mínima que permitisse a todos os trabalhadores adultos a satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (SILVA, 2014, p. 16).

A fome e a pobreza no Brasil, possuem heranças históricas, herdadas, por exemplo, da escravidão, quais impactaram ao acesso a renda e a terra por parte dos escravos e descendentes dos mesmos. Gualdani (2019), afirma que a fome no país partiu e parte de decisões políticas, quais foram e são levadas com descomprometimento e invisibilização de heranças históricas.

O Brasil, desde que responde pelo respectivo nome, enfrenta latentes problemas sociais. Os problemas são diversos, se refletem até a atualidade e vão desde genocídio indígena, escravidão de negros africanos e descendentes, a diversos modos de exclusão e segregação de pobres e minorias pelo país.

O Brasil, também apresenta altos índices de desigualdades sociais, os principais mensuráveis para presente pesquisa, se encontram na concentração de renda e de terras, que, atualmente, se encontra na posse de pequenas elites. Castro (1984), afirma que a concentração de renda e de terra são um dos principais motivos para a insegurança alimentar que assola os territórios nacionais.

Cacciamali (2002), afirma que 10% da renda das famílias brasileiras mais ricas, é cerca de 20 vezes maior do que a renda de 20% das famílias mais pobres. O dado é consideravelmente alto, até mesmo para os países da América Latina, onde a distribuição de renda é exacerbadamente desigual.

O Brasil possui enormes desafios para superar uma herança de injustiça social exacerbada por décadas, entre elas estão a pobreza e a fome. A pobreza no Brasil, tanto relativa, quanto absoluta, se apresentam em níveis elevados (CONTI, 2009). Conti (2009, p.16), demonstra que “A insuficiência de renda, associada aos baixos índices de escolaridade é o principal determinante da falta de acesso aos alimentos deste ainda grande contingente da população brasileira que vive em situação de fome e pobreza.”

Belik, Silva e Takagi (2001), afirmam que um estudo denominado Mapa do Fim da Fome, lançado em 2001, demonstrou que o Brasil tinha 49,8 milhões de indigentes, ou seja,

cerca de 40 milhões de indivíduos que não tinham condições de suprir as próprias demandas básicas, como se alimentar, e os mesmos podem ser vinculados a casos de insegurança alimentar grave.

O período citado, corresponde também, a época em que diversas iniciativas foram tomadas por parte do governo federal, para combater tais índices, entre as principais iniciativas está o Projeto Fome Zero, que posteriormente também se tornou um projeto de nível internacional com auxílio de Graziano.

Em relação a concentração de terras, o que significa dizer que, uma quantidade muito grande de território em extensão física pertence a um pequeno número de pessoas, o Brasil, também apresenta índices consideráveis neste quesito, e está, principalmente, sob a posse de grandes produtores do agronegócio, que visam a produção e exportação de commodities. Muito pode ser debatido sobre como este modo produtivo infringe características exigidas na busca pela segurança alimentar e nutricional, no entanto, este debate ficará para adiante.

Segundo Oliveira (2007), a concentração de terras sob a luz dos capitalistas e aliado ao agronegócio, permite a concentração de poder, e proporciona maiores índices de extração da mais valia em forma de renda da terra. Tais características se tornaram comuns desde a capitalização dos espaços do campo e agravou as questões agrárias. Em relação a formação dos espaços, cabe a afirmação de Santos (1978) “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, 1978 p.122).

A distribuição mais homogênea das terras no meio rural, por exemplo, para agricultura familiar, permitiria que um grande contingente populacional tivesse acesso à terra, e deste modo, poderiam viver e produzir sob melhores condições de vida, gerar mais empregos no campo, além de proporcionar a produção de alimentos diversificados e utilizar práticas produtivas mais sustentáveis¹⁵.

A agricultura familiar é uma importante aliada na busca pela segurança alimentar e nutricional, e a sua expansão poderia perfeitamente corroborar na diminuição da pobreza, da fome e conseqüentemente, da insegurança alimentar no país. No entanto, atualmente, o investimento que a agricultura familiar recebe do âmbito federal¹⁶ é bem menor do que o

¹⁵ De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos rurais foram classificados como agricultura familiar. Os mesmos são responsáveis por mais de 70% dos trabalhadores que atuam no campo e somente possuem cerca de 23% da área total das atividades voltadas ao setor agropecuário, e estes números resultam também em 23% do valor da produção. O que nos leva a afirmar que, apesar de ter menos territórios em extensão física, a agricultura familiar gera mais empregos, contribui com a diminuição do êxodo rural, além de auxiliar no desenvolvimento regional e local.

¹⁶ Denominado crédito para o financiamento da produção rural.

hegemônico agronegócio, que recebe cerca de 40% a mais (OLIVEIRA, ABRANCHES, LANA. 2020).

Deste modo, apesar do avanço das políticas direcionadas a formulação da segurança alimentar e nutricional no Brasil, o mesmo possui enormes desafios em superar a pobreza, a fome e a insegurança alimentar que assola grande parte da população brasileira. E isso exige comprometimento dos governantes em propor políticas pensadas a médio e a longo prazo, e que sejam continuadas independentemente dos términos de governos, pois, verdadeira é a frase “quem tem fome tem pressa” utilizada no cotidiano dos brasileiros.

1.5 Segurança alimentar e nutricional no Brasil: Construção e políticas públicas

Desde a criação da FAO, o Brasil mantém altíssima participação nos eventos relacionados à segurança alimentar e nutricional, e o modo como o conceito se desenvolveu internacionalmente, se refletiu em território nacional, apesar de algumas adaptações de contexto. No entanto, os índices de fome e pobreza sempre estiveram presentes ao longo da história brasileira. Há indícios de fome, por exemplo, no período colonial, onde os escravos morriam devido a não terem acesso à alimentação adequada, nem em quantidade, quanto qualidade (NOGUEIRA, 2008).

Apesar dos estudos da fome ter um histórico antigo, e apresentar um marco muito importante com a publicação do livro *Geografia da Fome*, em 1946, por Josué de Castro, o conceito de segurança alimentar e nutricional brasileiro, assim como as políticas públicas¹⁷, transparecem, principalmente, a partir da década dos anos 1980 e 1990, e apesar do intervalo de tempo entre o lançamento do livro e as décadas especificadas, o Brasil ainda apresentava vários dos mesmos problemas ligados a fome e a subnutrição apontados por Castro (SILVA, 2014).

Com a redemocratização no Brasil, junto ao fortalecimento de alguns movimentos sociais, realiza-se em 1986, a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN) dentro da oitava Conferência Nacional da Saúde. Na década, os temas ligados a saúde pública estavam em discussão e em pautas do Estado. Segundo Rocha, Burlandy e Magalhães (2013), a CNAN, foi extremamente importante para o contexto nacional, pois, incorpora-se o adjetivo “nutricional” ao conceito de segurança alimentar brasileiro, além de sugerir a formação de instituições nacional e estaduais, ligadas a segurança alimentar e nutricional.

¹⁷ Antes da década especificada, existiram variadas intervenções do Estado no âmbito alimentar nacional. Ver Belik, Silva e Takagi (2001).

A execução e consolidação de políticas públicas tenderam a acontecer após a Constituição Federal (CF) de 1988¹⁸, onde a alimentação passa a ser incluído dentro dos direitos sociais da população (GUALDANI, 2019).

Em 1994, com apoio de algumas figuras de referência na área, como o sociólogo Herbert José de Souza, realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), Rocha, Burlandy e Magalhães (2013), afirmam que:

A I CNSA foi antecedida de amplo processo de mobilização social nacional em torno da questão alimentar e da conscientização do agravamento da fome no país. Ela produziu uma declaração política e um documento programático (Brasil, 1995) com as condições e os requisitos para uma Política Nacional de Segurança Alimentar, organizados em três eixos gerais: ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; e assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis (...). (ROCHA, BURLANDY, MAGALHÃES, 2013, p.22).

Percebe-se verás semelhanças ao que foi exposto no quadro 2 da presente pesquisa, porém com algumas adaptações para as demandas latentes da sociedade brasileira, como o fator renda familiar. Entre os 1995 e 2003, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, institui a Rede de Proteção Social, que visava atenuar os problemas sociais latentes da população, como a concentração de renda e os altos índices de fome. A Rede de Proteção Social, unia programas que antes eram individualizados com o objetivo de integrar uma rede de benefícios e bolsas de apoio emergencial, como o Bolsa Alimentação, o Bolsa escola, o Vale-gás (GUALDANI, 2019).

Em relação as décadas 80 e 90 e seus avanços em segurança alimentar, Silva (2014) aponta:

(...) que a temática da segurança alimentar sempre esteve inserida de maneira precária na agenda governamental, ligada a estruturas e programas, muitas vezes clientelistas, sem critérios claros de acesso, sem autonomia orçamentária e sujeita a discontinuidades. As propostas que visavam superar essa deficiência tiveram pouco ou nenhum resultado programático concreto, ficando, no máximo, no mero plano do discurso. Mesmo assim, os anos 1980 e 1990 apresentaram avanços importantes, muito em virtude da mobilização social que se verificou em torno do tema, que serviram, inclusive, como embriões para os avanços alcançados nos anos posteriores (...). (SILVA, 2014, p.30-31).

A entrada dos anos 2000 trouxe consigo novas abordagens a fome, a pobreza e a segurança alimentar no Brasil, tanto institucionalmente, quanto nas proposições de medidas que realmente trouxeram algum impacto na população brasileira.

¹⁸ A Emenda Constitucional nº64 de 2010 incluiu o direito à alimentação no elenco dos direitos sociais, dispostos no art. 6º da CF/88.

Os movimentos socioespaciais e até mesmo os movimentos socioterritoriais, tiveram grande importância na formulação do conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional. Os movimentos adjuntos aos governos, chegaram à definição do conceito de forma autônoma e de uso bastante difundido. Segundo Maluf e Reis (2005), a definição foi reforçada na II CNSA em 2004, além da ênfase na necessidade de o país ter uma Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), e também um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Em função do processo de mobilização social, em 2006, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, qual obteve mandato entre os anos de 2003 a 2011, sancionou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, nº 11.346), que segundo Conti (2009, p.37) “incorpora os princípios da legislação internacional, representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial de SAN, reafirma os princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada”.

Foi sancionada, também em 2006, a Lei nº 11.346, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2006), a Lei define o conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional em seu artigo 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CONSEA, 2006, p.4).

Consea (2006), comenta sobre a representação da Lei e o modo como foi pensada:

A Lei representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como dos dois princípios que a orientam, que são o direito humano à alimentação e a soberania alimentar. De fato, compreender a Segurança Alimentar e Nutricional como um direito humano fundamental representa um enorme passo para vencermos a fome, a desnutrição e outras tantas mazelas que ainda envergonham o País. (CONSEA, 2006, p.2).

Alguns pontos positivos podem ser destacados em relação ao conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional, por exemplo, além do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, o conceito nacional adiciona a parcela socioeconômica, e, portanto, a promoção da alimentação não deve comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais que proporcionam à existência de uma vida digna. Em países com elevada desigualdade, o custo da alimentação adquire maior relevância, e uma família pode até se alimentar com acesso permanente e de qualidade, no entanto, se a alimentação compromete a satisfação de outras

necessidades, a família não se encontraria em condição de segurança alimentar e nutricional (MALUF, REIS, 2005).

Outro ponto importante remete-se ao acesso regular e permanente à alimentos de qualidade, em outras palavras, não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade nutricional elevada, adequado aos hábitos culturais de determinada região e que se baseiam em práticas sustentáveis (ROCHA, BURLANDY, MAGALHÃES, 2013). Percebe-se veras valorização do âmbito regional no conceito brasileiro, pois somente a produção local e regional pode atender totalmente os hábitos culturais de determinado lugar, inclusive as suas divergências.

No Brasil existem vários movimentos sociais no campo, que também podem ser classificados em socioespaciais e socioterritoriais, que atendem perfeitamente as características do parágrafo acima, sendo, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores ou a própria agropecuária orgânica em si, além da agricultura familiar.

A chegada dos anos 2000, trouxe importantes programas e políticas públicas que visam o combate à fome, a pobreza e a insegurança alimentar no Brasil, quais são importantes passos na caminhada para a promoção da segurança alimentar e nutricional como proposto na Lei nº 11.346.

Na presente seção, serão abordados alguns dos seguintes programas: Programa Fome Zero, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Bolsa Família. E de iniciativa privada, a Rede de banco de alimentos, mais conhecido como Mesa Brasil Sesc.

1.5.1 Programa Fome Zero

A busca pelo combate à fome no Brasil, transparece, principalmente a partir dos anos 1990, no entanto, com a posse do presidente Lula, os temas ligados a segurança alimentar e nutricional estiveram entre as principais pautas do governo. Desde as campanhas eleitorais e no discurso de posse do ex presidente Lula, ficou evidente que o combate à fome seria o grande desafio do governo (SILVA, 2014).

A elaboração do primeiro documento com as diretrizes do combate a fome no Brasil foi coordenada pela equipe de José Graziano da Silva a pedido do então presidente Lula, o que em 2002, daria origem ao Programa Fome Zero (PBZ), lançado oficialmente em 2003 (GUALDANI, 2019). Segundo Tomazini e Leite (2016): “O objetivo principal do PFZ era garantir o direito humano à alimentação por meio da promoção da Segurança Alimentar,

compondo ações e programas articulados pelo Governo Federal com estados, municípios e sociedade civil”.

Segundo Silva (2014), o PFZ parte do diagnóstico da realidade brasileira da época, abordando alguns problemas sociais latentes, como por exemplo, a insuficiência de renda por parte de milhões de brasileiros, os altos índices de desemprego e informalidade, e o baixo estímulo à agricultura familiar. Deste modo:

(...) dividiram-se as ações implementadas desde o seu primeiro ano em uma estratégia operacional baseada em seis linhas centrais de atuação governamental. São elas: i) transferência de renda; ii) compras públicas; iii) programas de apoio; iv) participação popular; v) articulação territorial; e vi) consolidação institucional. (SILVA, 2014, p.32).

Nesse sentido, outros programas específicos foram criados, buscando atender as seis linhas de atuação do governo, dando origem, por exemplo, ao próprio Programa Bolsa Família. No mais tardar o PFZ, tornou-se um modelo mundial com o auxílio de José Graziano, que posteriormente se tornou-se diretor geral da FAO em 2006.

1.5.2 Programa de Aquisição de Alimentos

Entre os programas mais relevantes que visam contribuir para a construção da segurança alimentar no Brasil está o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), lançado em 2003, pelo então presidente Lula. O PAA viabiliza a compra da produção dos agricultores familiares por meio do governo federal para atender populações que estejam caracterizadas pela insegurança alimentar, e isso ocorre, por exemplo, por meio de doações a entidades sociais. Dessa forma são beneficiados tanto os agricultores familiares que possuem a garantia da compra da sua produção, quanto promove o acesso a alimentação para a parcela da população que se encontra em caso de vulnerabilidade social, além de estimular o desenvolvimento de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos (SILVA, 2014).

1.5.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar

Outro programa de impacto nacional que surgiu por volta dos anos 1950, denominado Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que ao longo dos anos ficou refém da orientação econômica dos governos em relação a sua abrangência e volume de recursos (SILVA, 2014), foi resgatado e ampliado pelo governo federal também no ano de 2003.

O programa torna obrigatório que os municípios invistam, ao menos 30% do orçamento repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de alimentos da agricultura familiar para o uso nas merendas escolares. O PNAE busca melhorar

a qualidade alimentar e nutricional das merendas escolares, assim como estimular à agricultura familiar local e regional.

1.5.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Com o objetivo de aumentar a renda e a produtividade dos agricultores familiares, têm-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sobre este, Conti (2009) afirma que:

O PRONAF visa dar apoio financeiro através de diversas modalidades de crédito às atividades agropecuárias dos agricultores familiares. O volume de crédito disponibilizado em 2010 cresceu 500% em relação ao volume disponibilizado em 2002. Deste modo, este é um programa governamental abrangente e acessível que ajuda a dinamizar a produção geral e de alimentos, já que a agricultura familiar é responsável pela produção de quase 80% da produção de alimentos no Brasil. (CONTI, 2009, p.48).

Percebe-se a importância da agricultura familiar no trecho destacado de Conti, e ressalta-se que, embora o PRONAF já existisse desde 1996, somente a partir da posse do então presidente Lula, que o volume de recursos cresceu substancialmente, proporcionando maior número de famílias que fazem benefício do programa, embora os agricultores localizados em regiões mais pobres ainda encontram diversidades para acessar o programa (SILVA, 2014).

1.5.5 Programa Bolsa Família

Na linha de transferência de renda diagnosticada pelo PFZ, encontra-se o Programa Bolsa Família (PBF). Segundo Conti (2009), o PBF é um programa de transferência de renda que ocorre de forma condicionada e direta por parte do Governo Federal, além de ser a principal política do governo na luta da superação da pobreza. A transferência de renda através do PBF, também visa garantir a segurança alimentar e nutricional da população que se encontra nas categorias de insegurança alimentar.

1.5.6 Rede de banco de alimentos Mesa Brasil Sesc

O Mesa Brasil Sesc é uma rede nacional de bancos de alimentos, o programa é de origem privada que atua no combate à fome e o desperdício no Brasil. O programa funciona através de uma série de parceiros doadores de alimentos, tais como, atacadistas, varejistas, produtores rurais, indústrias de alimentos e entre outros. Através das doações o Mesa Brasil Sesc distribui alimentos para a parcela da população que se encontra em casos de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Segundo o próprio site da instituição, o Mesa

Brasil Sesc, atendeu de janeiro a dezembro de 2019, cerca de 1.4 milhões de pessoas, e assistiu a cerca de 6 mil entidades sociais distribuídas em território nacional.

A trajetória da segurança alimentar e nutricional no Brasil, assim como os governos e programas citados, contribuíram para que à erradicação da fome e na diminuição das desigualdades sociais. Segundo a Codeplan (2016), entre os anos 1990 a 2012, o Brasil diminuiu consideravelmente os índices de pobreza, a pobreza absoluta e a fome caíram de 25,5% para 3,5% da população.

1.6 Uma breve contextualização sobre segurança alimentar e nutricional e a SARS-CoV-2 no Brasil

No ano de 2000, a ONU realizou a Cúpula do Milênio para discutir questões ligadas aos direitos humanos, degradação ambiental, epidemias, desigualdades sociais, guerras, fome etc. Estas discussões levaram a formalização da Declaração do Milênio, o documento define quais são os objetivos a serem alcançados no milênio atual, os objetivos são chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Melo et al. (2017) especifica quais discussões possuem um objetivo para o milênio atual:

(...) erradicação da extrema pobreza e da fome; universalização do ensino primário fundamental; promoção da igualdade de gênero e capacitação das mulheres; redução da mortalidade infantil; melhora da saúde das gestantes e mães; enfrentamento da HIV/AIDS, malária e outras doenças; garantia do desenvolvimento sustentável; e desenvolvimento da parceria global para o desenvolvimento (MELO et. al., 2017. p.99).

Entre os primeiros objetivos acordados na Declaração do Milênio, respaldou-se na redução pela metade até o ano de 2015, o número de indivíduos que se encontram em situação de insegurança alimentar grave (VIEIRA, D'ORNELLAS, 2012).

No entanto, atualmente, no ano de 2020, o mundo enfrenta a pandemia do novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2¹⁹, e não se sabe exatamente quais serão os impactos nos índices de fome, pobreza e insegurança alimentar globais, porém, muito é especulado que tais índices, assim como as desigualdades sociais, devem crescer, portanto, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio devem sofrer igual impacto.

A rápida expansão do novo coronavírus pelo mundo demonstra as afirmativas de Santos (1996) ao diferenciar mundialização e globalização. O que difere a globalização da mundialização é a velocidade da simultaneidade dos eventos em escala planetária. Portanto a

¹⁹ Segundo o Ministério da Saúde os principais sintomas provocados pelo vírus incluem febre, tosse e dificuldade para respirar, mas sintomas como diarreia, vômitos e dor abdominal também foram relatados.

rápida difusão da COVID-19 está entrelaçada a lógica de circulação do capitalismo globalizado.

A recessão econômica global, provocada pela pandemia, deve se agravar no contexto local e atingir principalmente os mais pobres. No Brasil, Oliveira, Abranches e Lana afirmam que:

A desarticulação e o enfraquecimento de instâncias importantes para o diálogo sobre segurança alimentar e nutricional, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, recentemente extinto, demonstra o quão desafiador é o caminho que estamos a percorrer. A condição de insegurança alimentar já instalada será possivelmente acelerada pelo SARS-CoV-2. Nesse sentido, é necessário reavaliar as medidas que concedem mais de 70% do crédito para o financiamento da produção rural à agricultura patronal, direcionada à produção de commodities, e voltar o olhar para a agricultura familiar, que é mais bem distribuída geograficamente (possibilita o abastecimento local), produz alimentos diversificados, ocupa mais de 80% dos trabalhadores rurais e faz uso de práticas produtivas mais sustentáveis. Redes alimentares alternativas podem otimizar o acesso a alimentos frescos e saudáveis em tempos de pandemia. (OLIVEIRA, ABRANCHES, LANA. 2020, p.4).

Ressalta-se, novamente, a importância da agricultura familiar no país, pois além de contribuir com a manutenção dos empregos no campo e no desenvolvimento local, a mesma reitera os conceitos de segurança alimentar e nutricional, de soberania alimentar e auxilia na garantia do direito humano a alimentação adequada.

Também no Brasil, de acordo com Domingues et al. (2020), a queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ocasionado pelo impacto econômico do COVID-19, pode diminuir em -0,117% a -1,1% a renda disponível das famílias, e sabe-se que, quanto menor a renda, maior serão os índices de pobreza, e conseqüentemente, maior será o comprometimento da renda destas famílias com produtos de primeira necessidade, podendo ocasionar na inclusão das mesmas em casos de insegurança alimentar leve, moderada e grave.

Sabe-se também que quanto menor a renda das famílias, maior será a tendência de adquirir produtos de primeira necessidade mais baratos, e neste caso, transparecem os alimentos ultra processados e de baixa qualidade nutricional, assim ameaçando a segurança alimentar e nutricional destes indivíduos (BURITY et al., 2010).

O agrônomo José Graziano, ex diretor da FAO, declarou em recentes entrevistas que o Brasil pode voltar ao mapa da fome devido aos impactos da pandemia no país. Para que isso ocorra, o Brasil precisa ultrapassar 5% da sua população em casos de pobreza absoluta. Ainda segundo as declarações do agrônomo, o principal problema a ser enfrentado deve ser o desemprego, pois a fome no Brasil não ocorre pela falta de alimentos, e sim pelo acesso. (SÁ, 2020).

Como trata-se de uma doença em escala global, espera-se que os impactos sejam sentidos em diversos países do mundo, e ameace o caminhar na busca pelas diversas faces da segurança alimentar e nutricional.

Seção 2 – Segurança alimentar e nutricional na região Centro-Oeste e as políticas públicas de cunho alimentar do Distrito Federal

A presente seção tem por objetivo discutir alguns aspectos da região Centro-Oeste do Brasil, com foco adiante no Distrito Federal (DF), buscando por meio de pesquisa bibliográfica e documental, abordar como a segurança alimentar e nutricional se apresenta na região onde a capital do país está inserida.

Para isso será verificado os principais nichos da região Centro-Oeste que cercam o tema de segurança alimentar e nutricional, tais como, o bioma cerrado e o seu uso agrícola, os índices sociais que estão relacionados à segurança e insegurança alimentar e nutricional da população da região, a territorialização de políticas públicas federais e as próprias iniciativas distritais apresentadas pelo DF ao longo dos anos.

2.1 O bioma Cerrado e a territorialização do agronegócio na região Centro-Oeste

Não há como abordar a região Centro-Oeste sem citar o bioma que compõe grande parte do território da mesma, o Cerrado. As características deste complexo e biodiverso bioma, apresentaram e apresentam elevada importância para a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, quais ocorreram principalmente a partir da modernização da agricultura no país, e consequentemente da formação do agronegócio. (MATOS, PESSÔA, 2014).

A expansão das fronteiras agrícolas possui ligações diretas com a segurança alimentar e nutricional, pois adjunto a expansão das áreas agrícolas, também há um modo de produção excepcionalmente capitalista, o que significa dizer que, na sua essência sempre estará o lucro, independentemente ou não de outros atores que compõem o espaço geográfico.

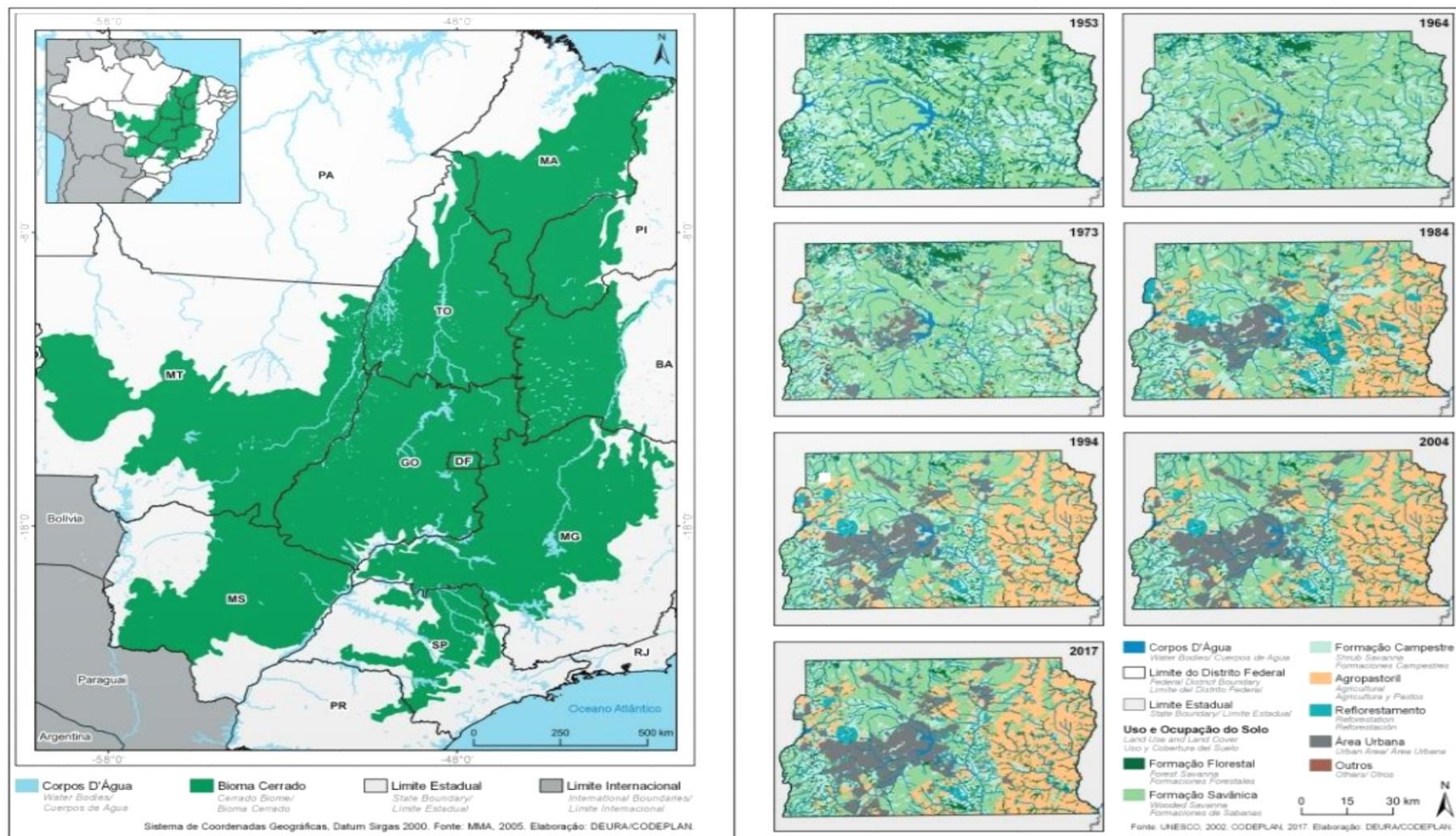
Com a expansão das fronteiras agrícolas e a transição para o modo de produção capitalista do campo, os alimentos passam a ser produzidos em grande escala, através do auxílio de estudos biológicos e químicos junto ao uso de tecnologia agrícola e industrial, ou seja, com auxílio da própria Revolução Verde.

Este modo de produção traz enfoque para algumas lacunas do conceito de segurança alimentar e nutricional brasileiro, pois o uso exacerbado de agrotóxicos utilizado por tal modo produtivo, esbarra na qualidade biológica e sanitária dos alimentos, além da sustentabilidade levantada pelo conceito (BOMBARDI, 2017).

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, com cerca de 24% do território nacional, engloba parte dos seguintes estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal (IBGE, 2020).

A sua extensão é superada apenas pela Floresta Amazônica, que possui cerca de 49% do território brasileiro (IBGE, 2020). No entanto, o Cerrado é considerado a Savana mais rica do mundo em relação a sua biodiversidade (IBGE, 2020). A seguir encontra-se a figura que representa a distribuição do bioma no Brasil e no DF, adjunto o avanço das terras agrícolas na capital federal ao longo dos anos:

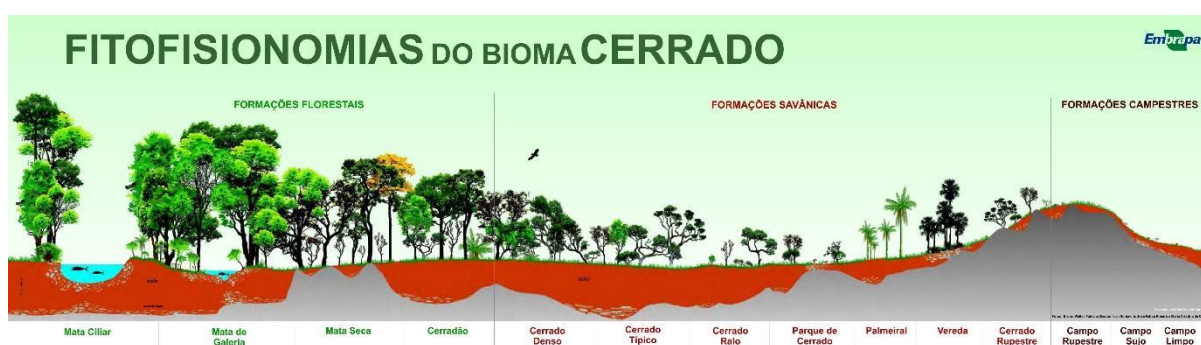
Figura 1 - Distribuição do Bioma Cerrado no Brasil e no Distrito Federal



Fonte: CODEPLAN, 2020.

O Cerrado recebe precipitações em média de 1500mm por ano, ocorre em altitudes entre cerca de 300m a mais de 1500m²⁰. Apresenta características gerais como árvores secas com galhos retorcidos, gramíneas, arbustos, apresenta solos profundos, antigos e lixiviados, qual apresentam bastante acidez com pH que varia entre 4 e 5, sendo na maior parte classificados como latossolos, datados no Período Terciário. A variação dessas características, como de clima, solo, a presença ou ausência de corpos hídricos, influenciam diretamente no mosaico das vegetações do Cerrado, apresentando várias fitofisionomias. (RIBEIRO; WALTER, 1998).

Figura 2 - Fitofisionomias do bioma Cerrado



Fonte: Ribeiro, Walter, 2008.

O território brasileiro sempre esteve e está em constante transformação, percebe-se esta observação na própria expansão das fronteiras agrícolas no Cerrado, qual ocorreram, como citado, acompanhado de modernas técnicas, equipamentos agrícolas e o uso de várias ciências voltadas para o campo, e pela própria propagação do meio técnico-científico-informacional no espaço agrário do Cerrado (BECKMANN, SANTANA, 2019).

Seguindo correntes internacionais e também nacionais, a modernização e expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, apresentaram-se com forte cunho desenvolvimentista, e na visão do Estado e de agentes privados, as áreas do Cerrado eram vistas como prioritárias para a implementação da modernização agrícola em função das suas características naturais, quais facilitavam a reprodução do capital no campo.

As características naturais do Cerrado potencializam a reprodução do capital agrícola por conta de, por exemplo, a planura do relevo, o clima balanceado e com estações bem definidas, o alto potencial hídrico, além do baixo valor das terras se comparado com as regiões Sul e Sudeste na época ²¹(MATOS, PESSÔA, 2014).

²⁰ Ocorrendo principalmente no Planalto Central Brasileiro (IBGE, 2020).

²¹ Segunda metade do século XX.

Pizarro e Araújo Sobrinho (2017, p.38) afirmam que “entre os fatores que viabilizam a apropriação de um espaço/território pelo capital destacamos a viabilidade econômica, política, tecnológica e natural.” Tais fatores se apresentaram principalmente no estado de Goiás, um dos estados pioneiros na expansão das fronteiras agrícolas, principalmente no que refere a produção de cana-de-açúcar nos anos 1970 em diante (FERREIRA, 2016).

Em relação ao nicho político, o Estado teve papel fundamental para consolidar a expansão da agricultura moderna na região Centro-Oeste e no bioma do Cerrado, e fez isto por meio de várias ações, por exemplo, através de “incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, bem como construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas.” (MATOS, PESSÔA, 2014, p.10).

Ressalta-se o papel fundamental do Governo Vargas no projeto que vinculou a “Marcha para o Oeste” e do Governo JK na mudança locacional da capital para o interior do país, que possibilitou a formação territorial da região adjunto ao seu povoamento (Ferreira, Araújo Sobrinho, 2019).

As ações do Estado, principalmente as vinculadas a formulação de infraestrutura, direcionaram a economia da região Centro-Oeste a atender as demandas de mercado voltadas a circulação e escoamento da produção agrícola, quais foram e são essenciais para a competitividade do agronegócio brasileiro no cenário internacional, o que inclusive, é o principal foco deste modelo de produção, adjunto a comercialização de *comodities*. (FERREIRA, 2016).

Um claro exemplo das ações do Estado na consolidação da modernização agrícola na região, foi o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal, lançado em 1975, o mesmo apresentou-se com a finalidade de ocupar as áreas do cerrado afim de transformar estas terras “improdutivas” através da consolidação do agronegócio moderno (CALIMAN, 2013).

Assim, o Cerrado nas últimas décadas chegou a receber o título de “celeiro brasileiro”, principalmente no que tange a produção de monoculturas em larga escala, como a soja, a cana-de-açúcar, o milho e o algodão (MATOS, PESSÔA, 2014).

Segundo Matos e Pessôa (2014), a região Centro-Oeste é caracterizada pela produção agrícola quase que totalmente voltada para o mercado externo e para as agroindústrias nacionais, a afirmativa é comprovada pela inexpressiva produção de arroz e feijão, se comparada, por exemplo, com a produção de soja. A afirmação é de extrema relevância no que tange a segurança alimentar e nutricional e também demonstra a hegemonia territorial do agronegócio na região.

Contudo, é importante ressaltar que o agronegócio possui algumas características que são essenciais para a denominação do mesmo:

(...) o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, a produção nos estabelecimentos agropecuários, sua transformação, chegando até o consumo. Esta cadeia incorpora todos 58 os serviços de apoio, desde pesquisas e assistências técnicas, bem como processamentos, transporte, comercialização, distribuidores, bolsas de valores, até o consumidor final. (FERREIRA, 2016, p.58).

A seguir, Ferreira (2016) apresenta os nove preceitos fundamentais para caracterizar o agronegócio, sendo eles:

(...) concentração de terras, uso intenso de tecnologia, elevados impactos ambientais, uso elevado de água para cultivo irrigado, produção de plantas e animais modificados geneticamente, concentração de capitais, financiamentos facilitados devido à propriedade da terra ser garantia dos mesmos, predomínio de trabalho assalariado, uso e dependência de insumos estrangeiros e a produção destinada na sua maior parte para o mercado externo. (FERREIRA, 2016, p. 58, apud GIRARDI e FERNANDES, 2004, p. 8).

Tais características são essenciais para atender as demandas do mercado globalizado que necessita de altíssimos índices produtivos nos espaços capitalizados do campo. E através disso o Cerrado tornou-se:

(...) território de grãos, de bois, de agroindústria, e da indústria, o cerrado numa perspectiva economicista, apresenta uma organização do espaço compatível com as contradições que o usou: agora o seu campo é vazio, mas é produtivo; a sua urbanização é acelerada, mas é desigual. Antes de sua modernização, era um território da diferença calcada na sua rica biodiversidade, nas formas variadas de seu relevo, nos diferentes usos do solo, agora suas paisagens são uníssonas, padronizadas, mas ele é um território da desigualdade social. (CHAVEIRO, 2008, p. 88).

No viés da segurança alimentar e nutricional, e principalmente no viés do conceito brasileiro estabelecido na Lei nº 11.346, há um claro conflito do que está no campo das ideias ou no que muitos movimentos socioespaciais e socioterritoriais almejam para o espaço agrário, e o que está territorializado no Brasil, conseqüentemente na região Centro-Oeste.

Para elucidar tal afirmativa, a região Centro-Oeste destaca-se por possuir a fronteira agrícola que mais cresce em todo o mundo e, paradoxalmente, há uma importante faixa da população da região que se encontra em casos de insegurança alimentar (TINOCO et al., 2011).

2.1.2 O conflito entre o espaço rural na região Centro-Oeste e a Lei nº 11.346

Apesar do agronegócio voltar a sua produção para o mercado externo, o seu sistema produtivo tem impactos diretos na população adjacente e não adjacente a sua territorialidade. Sabe-se que no Brasil, assim como na região Centro-Oeste, o agronegócio é hegemônico tanto na perspectiva econômica quanto territorial. Pois além de receber mais apoio financeiro por

parte do Governo Federal (OLIVEIRA, ABRANCHES, LANA. 2020), o agronegócio também concentra grandes porções de terras pelo país. (CAVALCANTE, FERNANDES, 2008).

A região Centro-Oeste possui elevada relevância no que tange o agronegócio nacional, principalmente em função dos seus elevados índices produtivos ligados a pecuária e a produção de soja. No entanto, este destaque se esvai em função dos meios utilizados para alcançar tal relevância nacional, por exemplo, os índices de concentração de terras e o uso de agrotóxicos na região são consideravelmente altos (TINOCO et al., 2011). Tais atos prejudicam o avanço da agricultura familiar e contribuem para a degradação ambiental apresentadas na região (TINOCO et al., 2011).

Para relembrar, a Lei nº 11.346 define o conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional, e é abordada na página 25 da presente pesquisa. A mesma entra em conflito com o agronegócio da região Centro-Oeste e do Brasil de forma geral em vários aspectos, entretanto, aqui, volta-se o seu foco principal no que tange a produção ambientalmente sustentável, respaldada a Lei nº 11.346 ao conceituar a segurança alimentar e nutricional.

Entende-se que, principalmente o agronegócio, por possuir maior domínio territorial do campo no Brasil e na região Centro-Oeste, e a agricultura convencional em si proporcionam elevados impactos ambientais (GIRARDI, FERNANDES, 2004).

O Brasil, por exemplo, consome aproximadamente 20% de todo o agrotóxico comercializado mundialmente para a agropecuária brasileira²² (PELAEZ et al, 2015). Tinoco et al (2011), afirma que a região Centro-Oeste em 2008, registrou o maior percentual nacional de amostras contaminadas por agrotóxicos para algumas frutas e hortaliças, o que fere diretamente a Lei nº 11.346, ao retratar o consumo de alimentos seguros como uma das partes fundamentais da segurança alimentar e nutricional.

De acordo com Bombardi (2017), o Brasil aumentou o uso de agrotóxicos em 135% em um período de 15 anos (2000 a 2014), passando de 170 mil toneladas no ano 2000 para 500 mil toneladas no fim de 2014. Os aumentos foram significativos a partir de 2009, ao fim do governo Lula e o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff. Entretanto não pára por aí, entre os anos 2016 e o final de 2018, após o Impeachment da ex-presidente Dilma e a posse do então vice presidente Michel Temer, houve a liberação de mais de mil autorizações de registros de agrotóxicos (CANCIAN, 2018).

²² Ressalta-se que a agricultura familiar também possui acesso e licença para utilizar agrotóxicos nas suas respectivas produções, no entanto, o agronegócio possui maior demanda por estes insumos químicos em função das suas produções infinitamente superiores em quantidade numérica e em extensão territorial e que graças aos desequilíbrios ecológicos das monoculturas, demandam maior controle de pragas.

A Lei nº 11.346 é clara em seu 4º artigo ao se referir que a segurança alimentar e nutricional abrange a “conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos.”, no entanto, o uso indiscriminado de agrotóxicos é algo comum no espaço rural brasileiro devido a ineficiência dos órgãos fiscalizadores e conscientizadores e ao lobby da bancada ruralista no congresso nacional. O uso destes produtos, assim como o modo produtivo por traz, geram diversos impactos ambientais e ameaça várias lacunas que compõem o conceito e a Lei de segurança alimentar e nutricional.

O quadro a seguir expõe e resume os principais problemas ambientais associados aos sistemas alimentares modernos e salienta as fontes das externalidades e seus impactos sociais.

Quadro 3 - Externalidades ambientais comuns nos sistemas alimentares modernos

Problema ambiental	Causa	Custos sociais
Poluição da água e falta de água	Pesticidas químicos e herbicidas; lixo orgânico ao relento; técnicas de irrigação.	Doenças provenientes da água; alto custo para água potável; pesca limitada; disputa por acesso à água.
Degradação do solo e erosão	Monoculturas; maquinaria pesada e produção intensiva; irrigação contínua levando à maior salinidade do solo.	O solo se torna menos produtivo para futuras produções de alimentos; diminuição da produtividade da colheita; diminuição da qualidade da água e do solo; maior suscetibilidade às secas.
Desflorestamento e expansão de atividades agrícolas	Uso de pesticidas químicos e herbicidas.	Enchentes localizadas; erosão do solo; perda de biodiversidade; perda de alimentos e de hábitos alimentares locais; perda de ‘absorvedores de carbono’ para combater a poluição do ar.

Fonte: (ROCHA, BURLANDY, MAGALHÃES, 2013).

As características destacadas acima são referentes aos sistemas alimentares modernos, em outras palavras, retrata modos de produção alimentar que herdaram práticas oriundas da Revolução Verde e da chegada do meio técnico-científico-informacional aos espaços do campo, deste modo, se referir aos sistemas alimentares modernos, também é se referir ao agronegócio. Tais impactos ambientais proporcionados por estes sistemas podem ser desastrosos para gerações futuras, tanto para os humanos, quanto para a fauna e a flora (BOMBARDI, 2017).

Ressalta-se que, quando o conceito de segurança alimentar brasileiro é respaldado juridicamente, o mesmo tende a apontar que a ampliação do acesso a alimentação adequada deve acontecer por meio da produção, e principalmente por meio da agricultura familiar (CODEPLAN, 2016), algo que supostamente não se reflete na região de interesse.

2.2 Segurança alimentar e nutricional na região Centro-Oeste do Brasil

Para levantar e acompanhar o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional em uma região, são necessários considerar alguns aspectos sociais da população no respectivo recorte espacial escolhido. Para isso, existem algumas metodologias, por exemplo, a Matriz de monitoramento proposta pelo CONSEA que se dispõe a analisar o cenário da segurança alimentar e nutricional em determinadas regiões, ou mesmo no Brasil.

A Matriz proposta pelo CONSEA caracteriza a segurança alimentar e nutricional a partir de sete dimensões, sendo: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada; saúde e acesso a serviços de saúde; educação; políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional (CONSEA, 2006). Infelizmente alguns destes pontos escassamente estudados em pesquisas de escala regional, e o presente trabalho se apoiará em alguns dos pontos abordados para caracterizar o cenário da região Centro-Oeste.

Ressalta-se aqui, a importância dos órgãos nacionais, como o IBGE, na realização do levantamento dos respectivos índices, quais são de extrema importância para as tomadas de decisões por meio de políticas públicas que podem vir a mudar o cenário brasileiro de segurança alimentar e nutricional.

2.2.1 Produção de alimentos

O Brasil se apresenta no cenário mundial como um grande produtor de alimentos, a produção agrícola do país pode ser considerada um dos principais, ou se não, o principal pilar econômico brasileiro.

Dentro deste contexto, a produção agrícola se divide pelas regiões do país, sendo de interesse, a região Centro-Oeste. A mesma apresenta destaque na produção de soja, de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), a região produziu cerca de 53 milhões de toneladas da respectiva commodity, principalmente por conta da produção presente no Estado do Mato Grosso (IBGE, 2019).

Gráfico 1 - Área plantada (hectares)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em relação ao gráfico acima, os maiores números de hectares se encontram destinados a soja (16.084.125), ao milho (8.743.048) e a cana-de-açúcar (1.972.043) respectivamente (informações de 2019). A região também apresenta destaque na pecuária em âmbito nacional por conta da elevada produção de carne bovina, com cerca de 33% dos bovinos abatidos no país (TINOCO et al., 2011).

Tabela 1 - Efetivos dos rebanhos (Cabeças de bovinos) por região em 2019

1º Centro-Oeste	74.251.340
2º Norte	49.609.974
3º Sudeste	37.046.635
4º Nordeste	28.593.389
5º Sul	25.392.462

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal

O destaque da produção de soja e de carne bovina demonstram a forte presença do agronegócio na região, e segundo Tinoco et al (2011) é de responsabilidade do mesmo a ocupação de grandes extensões territoriais na região Centro-Oeste, assim como o avanço do desmatamento, da degradação ambiental e a inibição do crescimento da agricultura familiar.

2.2.2 Acesso à alimentação adequada

O acesso à alimentação adequada é um dos pilares mais importantes no que tange a segurança alimentar e nutricional, tanto nacionalmente como internacionalmente, e a busca pelo direito surgiu principalmente a partir dos anos 1990. No entanto, na região Centro-Oeste, ao se comparar a produção de produtos ligados ao agronegócio à produção de frutas, legumes e verduras (FLV), os resultados são praticamente incipientes (IBGE, 2019).

Segundo Damiani, Pereira e Ferreira (2017) o consumo de FLV são essenciais para uma alimentação saudável e adequada, o seu consumo diário em quantidades adequadas resulta na proteção contra diversas doenças. Ainda segundo Damiani, Pereira e Ferreira (2017), o resultado da baixa produtividade de FLV na região Centro-Oeste resulta no aumento dos casos de insegurança alimentar, principalmente aos índices ligados ao excesso de peso e obesidade, mesmo em famílias de baixa renda.

Entretanto há de se considerar também que o rendimento domiciliar per capita da região é um dos maiores²³ do país (1619 reais), acima da média nacional (1439 reais) (IBGE, 2020). Este é um ponto importante, pois a insegurança alimentar leve, moderada e grave têm intrínsecas relações com o acesso a renda, portanto a insegurança alimentar que aparenta se apresentar na região, possui a faceta voltada para a ingestão de alimentos ultra processados e ricos em gorduras e açúcares.

2.2.3 Políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional/territorialização das políticas públicas federais

Assim como abordado na primeira seção da presente pesquisa, existem várias políticas públicas por parte do governo federal lançadas ao longo dos anos, e muitas delas atuam na região de interesse. No entanto, segundo Tinoco et al (2011), o programa que mais trouxe impacto em relação a sua cobertura territorial, sem dúvidas, foi o PBF. Isso porque o programa

²³ Índice de Gini em 2018: 0,486 (IBGE, 2019).

garante mensalmente uma renda mínima para mais de 650 mil famílias residentes na região Centro-Oeste.

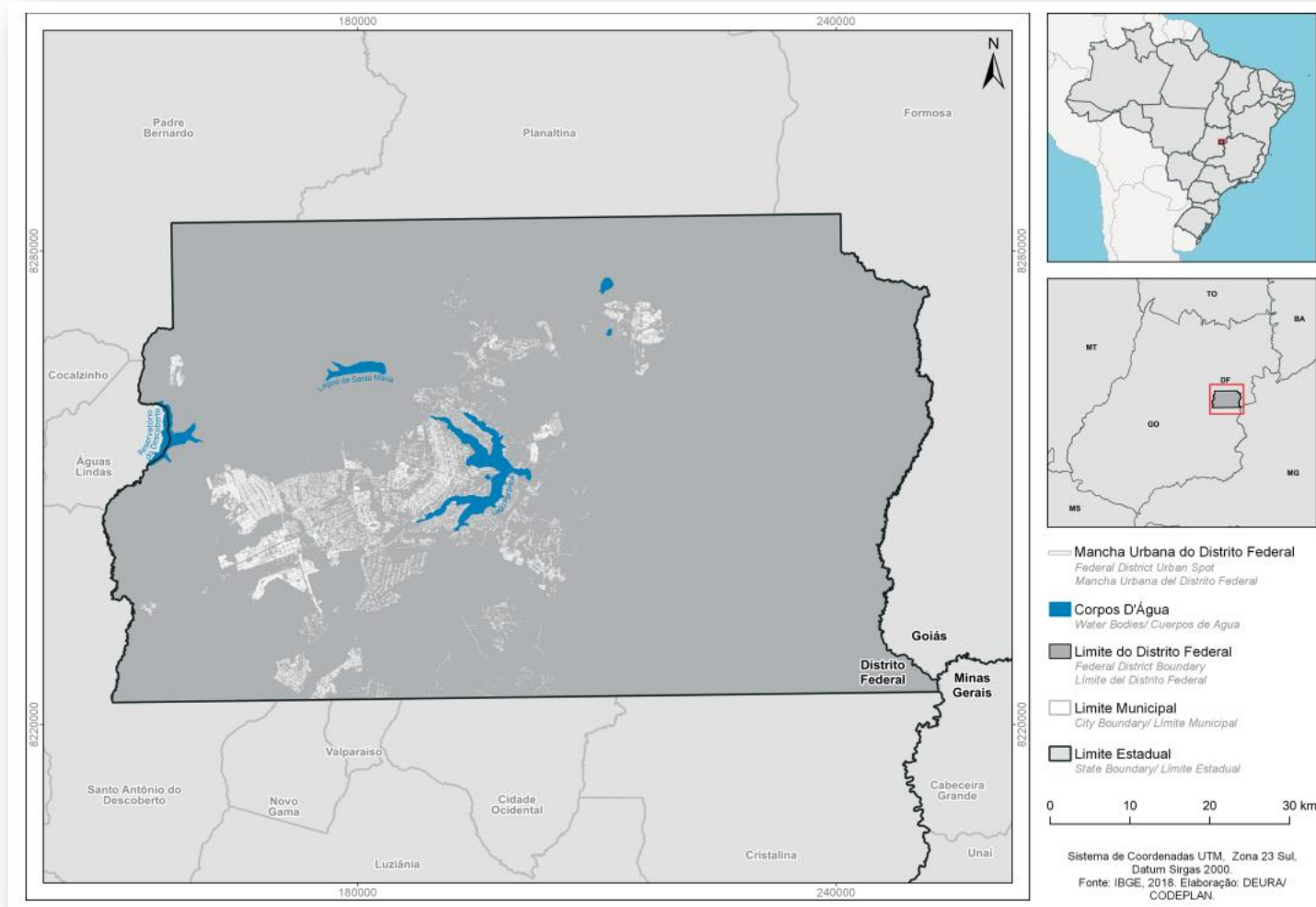
Ainda segundo Tinoco et al (2011), existem outros dois programas ligados a segurança alimentar e nutricional que apresentam números razoáveis, sendo o PAA e o programa Cestas de Alimentos, juntos os dois programas abrangem cerca 100 mil pessoas residentes no Centro-Oeste. Existem outros programas que atuam na região, mas não apresentam à proporção que os programas citados, no entanto podem ser ferramentas importantes no âmbito estadual e distrital, como o caso do PRONAF e o PAPA/DF para o Distrito Federal (VÉLEZ, 2014).

Conclui-se sobre a região Centro-Oeste, que a região apresenta bom desempenho na maioria dos quesitos proposto pelo CONSEA, com relação à Matriz de Monitoramento da Insegurança alimentar no entanto, Tinoco et al (2011, p.69) aponta que “(...) é uma região de contrastes marcantes e muitos fatores apontam para situações que podem acarretar insegurança alimentar e nutricional em parcelas da população da região.” Ao se referir aos contrastes marcantes, Tinoco refere-se as desigualdades sociais, aos hábitos alimentares, os impactos ambientais e a concentração de terras e de produção por parte do agronegócio.

2.3 Segurança alimentar e nutricional: o Distrito Federal em números

A capital brasileira já se localizou em diferentes regiões do Brasil ao longo das metamorfoses do território nacional, sofridas com o transcender das décadas. Atualmente a mesma se dispõe no interior do território brasileiro, e foi e ainda é uma importante ferramenta de territorialização da configuração atual da geografia do Centro-Oeste brasileiro.

Figura 3 - Localização do Distrito Federal no Brasil



Fonte: CODEPLAN, 2020.

Apesar dos índices relativamente altos ligados a desigualdade social na capital federal, a mesma apresenta características privilegiadas em alguns aspectos ao ser comparada com o restante do Brasil. Um destes aspectos, por exemplo, se encontra na educação, onde o DF apresenta baixas taxas de analfabetismo, de analfabetismo funcional e também de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos que não frequentam a escola (TINOCO et al., 2011).

No âmbito da segurança alimentar e nutricional, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), realizou um levantamento no ano de 2016 com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2013, qual apresentou o tema de segurança alimentar no caderno suplementar. O levantamento abordou alguns pontos da população brasiliense, tais como o consumo de alimentos saudáveis, o consumo de alimentos pouco nutritivos, o índice de Massa Corporal da população e a insegurança alimentar em Brasília, ressalta-se que o levantamento trata o assunto de modo excepcionalmente quantitativo.

2.3.1 Consumo de alimentos saudáveis

O levantamento realizado pela Codeplan, considera o parâmetro “saudável”²⁴ pela ingestão de frutas e hortaliças, sendo ideal o consumo diário de cerca de 400 gramas.

Em relação ao consumo de frutas e hortaliças por pessoas com mais de 18 anos, o DF, apresenta 52,5% da população consumindo as quantidades recomendadas deste tipo de alimento (400g diárias). Nesta categoria, a capital do país se encontra na primeira colocação num ranking estadual, e o índice de consumo de frutas e hortaliças da capital é 15,2% maior que o percentual nacional, de 37,3% (CODEPLAN, 2016).

Ao observar o perfil destas pessoas que consomem o recomendado de frutas e hortaliças no DF, percebe-se que as mulheres brasilienses possuem maior índice de consumo de alimentos saudáveis, sendo 56,4%. Já o perfil masculino, a pesquisa da Codeplan (2016) demonstra que somente cerca de 47% consomem frutas e hortaliças em quantidades adequadas, sendo por este motivo, o principal público alvo para ações de incentivo à alimentação saudável.

Observa-se também que o consumo de frutas e hortaliças é maior em idades mais elevadas da população. E ao verificar a escolaridade e consumo da população brasiliense, percebe-se que há o aumento, mesmo que de pouca expressividade, de frutas e hortaliças em relação ao nível escolar, por exemplo, a faixa da população que possui ensino superior

²⁴ Para entender mais sobre a alimentação saudável e equilibrada, ver Viggiano (1995).

completo, apresenta 58,2%, já a faixa que não tem fundamental completo, apresenta 49,5%. (CODEPLAN, 2016).

2.3.2 Consumo de alimentos pouco nutritivos

Vinculado a insegurança alimentar, o consumo de alimentos pouco nutritivos transcende a contemporaneidade através do consumo exacerbado de alimentos ultraprocessados e gordurosos, como os famosos *fast food*, que contribuem para o aumento dos índices de obesidade, diabetes e dentre outras doenças de cunha alimentar, que afetam a população de forma global (GUALDANI, 2019).

A pesquisa realizada pela Codeplan, efetuou o levantamento dos dados a partir do consumo de alguns dos seguintes alimentos: doces e guloseimas, refrigerantes, lanches como pizza ou salgado. O estudo levou em consideração o percentual de pessoas que fazem a ingestão regular dos alimentos citados, sendo de 5 dias ou mais por semana. Todos estes alimentos foram classificados como pouco nutritivos, ricos em gorduras e açúcares.

Em relação ao consumo de doces, Brasília, apresenta 23% da população com 18 anos ou mais de idade que consome doces regularmente, ou seja, de 5 ou mais vezes por semana. O percentual é um pouco maior que a média nacional de 21,7%. O perfil do consumo de doces na capital apresenta certa equidade em relação ao sexo, no entanto, em relação a idade, a ingestão de doces é maior entre a faixa de idade entre 18 a 24 anos (CODEPLAN, 2016).

Já em relação ao consumo de refrigerantes açucarados no DF, 22% da população com 18 anos ou mais relataram consumir refrigerantes regularmente, o percentual é o mesmo encontrado na média brasileira, e o consumo por parte do sexo masculino é significante maior que o feminino. O consumo da tal bebida é consideravelmente maior entre o percentual jovem da população brasiliense (18 a 24 anos), e acredita-se que a concentração do consumo entre os jovens se dá pelo fato da mudança alimentar ocorrida nas décadas recentes, quais estão atreladas a modernização e a urbanização brasileira (CODEPLAN, 2016).

Em relação ao consumo regular de sanduíches, pizzas e salgado (*Fast food*), o DF é a segunda unidade federativa com o maior índice de pessoas com mais de 18 anos que substituem refeições por *fast food*, sendo 10,2% (CODEPLAN, 2016).

Diversos podem ser os motivos para o consumo regular e substitutivo destes alimentos, por exemplo, pode estar atrelado ao tempo rápido das grandes cidades, quais foram apontados por Santos (2002), onde cidades de economia hegemônica e neoliberais, necessitam de uma materialidade e produtividade voltadas para a velocidade e eficiência, o que no entanto, recai-

se para a máxima exploração da classe trabalhadora e daí o pouco tempo para o preparo de suas refeições.

Outro ponto relevante, e que provavelmente possui maior relação, é o baixo valor aquisitivo de alimentos como *fast food*, o que em parte explica o crescimento dos índices de obesidade nas camadas mais pobres da capital do país (MELLO, MOURA, 2017).

Mello e Moura (2017), caracterizam a respectiva discussão para a capital federal:

Nota-se uma transição da cultura alimentar, principalmente nas camadas mais pobres, marcada pelo sobrepeso e obesidade e não mais pela desnutrição, pelo consumo de alimentos processados e industrializados com grande teor de calorias e poucos nutrientes, por isso a importância em incluir focos locais de acesso a alimentos vegetais. (MELLO, MOURA, 2017, p.14).

Percebe-se até o momento que a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal, no âmbito do acesso à alimentos de qualidade nutricional elevada, apresenta índices positivos junto ao consumo de frutas e hortaliças, no entanto ainda apresenta margem para evolução. Em relação ao consumo de alimentos de baixa quantidade nutricional, Brasília necessita de índices menos expressivos, afinal, a capital federal apresenta uma área metropolitana de mais de 3 milhões de habitantes (CODEPLAN, 2020).

Uma possibilidade para a evolução positiva dos índices brasilienses, recai-se, por exemplo, no amplo investimento em programas de alimentação escolar, como é o caso do PNAE, qual possibilita e induz a educação alimentar, estabelecendo dietas e hábitos alimentares saudáveis, além de promover o consumo de alimentos com base em cadeias alimentares curtas²⁵.

2.3.3 Insegurança alimentar

Para medir o grau de insegurança alimentar apresentado nos domicílios brasileiros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para a formulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A descrição dos graus de insegurança alimentar, sendo leve, moderada e grave, está desposta no Quadro 1 da presente pesquisa.

De acordo com o PNAD (2013), o Espírito Santo é o estado brasileiro com o maior percentual de domicílios em situação de segurança alimentar do país (89,6%), já o DF aparece

²⁵ “(...) a lógica da cadeia curta é o estreitamento da relação produtor-consumidor, seja pela informação que permite que o consumidor se conecte ao local de origem do produto e a quem o produziu, seja pela aproximação espacial a qual permite que o consumidor tenha uma interação face-a-face com o agricultor.” (SOUZA, 2020, p.28). No caso do PNAE e as escolas, são consideradas curtas no sentido de proximidade geográfica, ou seja, produtores locais.

na quarta colocação com o melhor percentual, 86,8% da população brasiliense se enquadra em situação de segurança alimentar²⁶ (CODEPLAN, 2016). No tocante aos graus de insegurança alimentar no Distrito Federal:

Em relação ao grau de insegurança alimentar grave, o Distrito Federal é a unidade da Federação com o menor percentual de domicílios nesta situação, 1,5%, o que corresponde a 45 mil pessoas nesta situação. (...) Observa-se ainda no Distrito Federal a existência de 2,0% dos domicílios, abrigando 61 mil pessoas com situação de insegurança alimentar moderada e 9,7% dos domicílios em situação de insegurança alimentar leve, com 329 mil pessoas nesta condição. Ou seja, no Distrito Federal temos 437 mil pessoas com algum grau de insegurança alimentar. (CODEPLAN, 2016, p.27).

Assim como diagnosticado há várias décadas por Josué de Castro, em 1946, ou por Conti (2009), a insuficiência de renda aliado a outros fatores, como o baixo nível escolar, são a principal ameaça para a falta de acesso aos alimentos para a população que vive em situação de insegurança alimentar grave. E não coincidentemente na capital federal, os domicílios em situação de insegurança alimentar moderada e grave possuem as menores rendas domiciliares per capita (CODEPLAN, 2016). Gualdani (2019), afirma que a fome também parte da invisibilização de heranças históricas, e também não coincidentemente, a maior parte da população brasiliense em situação de insegurança alimentar moderada e grave, se auto declaram “não brancos” (CODEPLAN, 2016).

2.4 Segurança alimentar e nutricional: Principais políticas públicas atuantes no Distrito Federal

O DF é uma das 27 unidades federativas que apresenta bons índices sociais ligados a segurança alimentar e nutricional, no entanto, a capital federal também é território para as desigualdades sociais, quais há muitos indícios que foram espacialmente planejadas.

Tais desigualdades também refletem nos espaços do campo, e transparece, por exemplo, através da desigualdade do acesso à terra que a agricultura familiar enfrenta na capital. A mesma, representa 46% dos estabelecimentos pecuários do Distrito Federal, entretanto só representam 4% da área rural do DF, e o restante se encontra sobre posse da agricultura intensiva e extensiva vinculadas a produção de commodities e a exportação, em outras palavras, ao agronegócio (GARCIA, 2016).

Neste sentido a agenda pública do DF, vem buscando auxiliar na redução da desigualdade nos espaços do campo, na tentativa de impactar na segurança alimentar e nutricional da capital federal. A afirmação se reflete, por exemplo, na recente adesão do DF ao

²⁶ Ressalta-se que a Escala Brasileira de Segurança Alimentar realiza o levantamento dos graus de segurança e insegurança alimentar mais voltado para o ato do acesso ao alimento, com poucos questionamentos em relação a qualidade nutricional. Ver em Brasil (2010).

SISAN, que resultou na elaboração do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (PDSAN) em 2011, e lançado em 2013. De acordo com Balduino (2014):

O Plano Estadual/Distrital “prevê objetivos, metas e iniciativas voltadas para o acesso à alimentação adequada, para o acesso à água, produção de alimentos por meio do fortalecimento da agricultura familiar, abastecimento alimentar, educação alimentar e nutricional, fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde e monitoramento da realização do direito à alimentação, dentre outras (...) (BALDUINO, 2014, p.15).

O primeiro PDSAN propôs como uma das metas de apoio à agricultura familiar a garantia universal do acesso a água para o consumo e para a produção, algo que pode ser de vital importância em assentamentos de reforma agrária (GUALDANI, 2019). Dentro deste contexto o DF, nos últimos anos, também têm apresentado esforços no apoio técnico e financeiro na aplicação de políticas públicas federais, como o PAA e o PNAE, assim como apresenta políticas oriundas da própria capital federal, como o já consolidado Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF) e o recente Programa Prato Cheio (PC). Percebe-se que os 3 primeiros programas citados se remetem, entre os seus principais objetivos, ao suporte a agricultura familiar, e o último trata-se de um programa de transferência de renda.

O número maior de programas ligados a agricultura familiar do DF, retoma ao fato que a mesma não consegue participação expressiva sobre a disponibilidade interna de alimentos para o consumo dos pelos próprios brasilienses. Garcia (2016) afirma que a proporção da produção de alimentos como, feijão, mandioca, café, leite, aves e suínos, são consideravelmente menores ao ser comparado com outros estados brasileiros.

2.4.1 PAA-DF

O PAA assim como o PNAE, já foram abordados na primeira sessão deste trabalho, no entanto, na etapa atual, ainda são programas de relevância no âmbito distrital²⁷, e por isso serão retomados. No DF, o PAA é aplicado através do suporte da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, segundo Garcia (2016), no ano de 2013, o DF contava com cerca de 800 agricultores familiares participantes do programa, o que resultava em mais de 1.5 toneladas de alimentos adquiridos e comercializados.

O DF conta também com alguns ajustes de regionalização do PAA, e para isso acrescenta outras ações não previstas pelo programa visando o fortalecimento do mesmo. Deste modo, são distribuídos aos participantes “sementes e mudas, assistência técnica de extensão

²⁷ O PBF, assim como na região Centro-Oeste no geral, também possui elevada participação no DF, e cobre cerca de 90 mil famílias (GARCIA, 2016).

rural, apoio à realização de espaços de valorização da agricultura familiar, inclusão digital e capacitação em tecnologia da informação, entre outras.” (GARCIA, 2016, p.53).

Ainda em apoio ao PAA no DF, existem os bancos de alimentos, como o Ceasa-DF, que juntos constituem equipamentos de abastecimento alimentar, que entre as várias funções, também distribuem alimentos localmente entre creches, escolas, hospitais, entre outras instituições (SOUZA, 2020).

2.4.2 PNAE-DF

Um dos mais famosos, antigos e importantes programas ligados a segurança alimentar e nutricional, o PNAE tem expandido o acesso à alimentação escolar para as crianças, jovens e adultos do DF. O programa visa suplementar a alimentação dos mesmos (GARCIA, 2016), no entanto, o PNAE pode ir além, e funcionar como estratégia para contribuir com a educação alimentar dos estudantes, visando o hábito de consumo de alimentos com elevado valor nutricional (SOUZA, 2020).

Além da importância para os estudantes, o PNAE também contribui com os agricultores familiares do DF, de acordo com Velez (2014), vários pecuaristas de leite participantes de cooperativas fazem parte do programa e fornecem mais de 15 mil litros de leite por dia para programas governamentais, sendo eles o PNAE e o PAPA-DF. Segundo um dos entrevistados na pesquisa de Velez (2014), tais programas beneficiam os agricultores de baixa renda e auxiliam na merenda escolar das escolas públicas.

2.4.3 PAPA-DF

O PAPA-DF surge na capital quase dez anos depois da criação do PAA, em 2012, através da Lei Distrital nº 4.752. Os dois programas possuem severas semelhanças e o objetivo do PAPA-DF é garantir a compra direta dos produtos agropecuários classificados como agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326 de 2006, dessa forma, dispensa a licitação desde que os preços praticados pelo programa não sejam superiores ao praticado pelo mercado (MARTINS, 2016). O programa também se destaca por abrir vagas para participação de produtores urbanos, e não só de alimentos, mas também os de flores e artesanatos.

De acordo com Velez (2014, p.59) “A lei distrital pretende ainda ir além da distribuição de alimentos a pessoas em situação de risco alimentar, alcançando outras instituições como os restaurantes comunitários, o zoológico de Brasília, sistema prisional e sistema de saúde.”

O programa comercializa até 120 mil reais anualmente por unidade familiar, no entanto há um bônus de até 30% para produtos orgânicos²⁸ (MARTINS, 2016), o que é um ponto positivo do programa, que leva em consideração a ascensão do mercado de orgânicos e a crescente onda de conscientização por parte dos consumidores dos diversos setores produtivos, que buscam qualidade de vida, a valorização da saúde e a crescente preocupação com o meio ambiente (Ávila, Soares e Dartora, 2016).

2.4.4 Programa de Alimentação Escolar

Além de contar com o PNAE, o DF também possui o Programa de Alimentação Escolar (PAE-DF) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que possui considerável impacto sobre a população de estudantes da educação básica. O programa atende, a um total de 360.360 estudantes e serve o total de 64.192.095 refeições, nos 200 dias letivos, nas 651 instituições de ensino da SEDF, números que demonstram elevada participação entre as escolas da capital federal (GDF, 2019). De acordo com Souza (2020, p.82) “a alimentação escolar tem um papel fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem e para melhorar a condição dos alunos que estão em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.” Além do auxílio aos estudantes, o PAE-DF conta com a participação de mais de 600 agricultores e 16 cooperativas e associações (GDF, 2019), o que garante e complementa a renda destes agricultores (SOUZA, 2020)

2.4.5 Programa Prato Cheio

O programa Prato Cheio (PC) foi lançado recentemente (em 2020), no entanto é importante abordá-lo pois o programa foi pensado nos impactos em que o em o COVID 19 pode causar nas famílias de baixa renda, portanto o objetivo é auxiliar na segurança alimentar e nutricional por meio de transferência de crédito (250 reais) para a aquisição de itens da cesta básica por parte destas famílias. Mesmo tendo sido lançado recentemente, o programa já conta com mais de 25 mil famílias enquadradas em casos de insegurança alimentar e nutricional, no entanto o programa ainda é muito recente para medir os impactos (JARDON, 2020).

²⁸ Os produtos orgânicos são oriundos da agropecuária orgânica, onde as propriedades possuem uma visão holística da propriedade e não fazem o uso de agrotóxicos ou outros produtos químicos. Esse tipo de produção busca a preservação do meio ambiente (FIGUEIREDO, SOARES, 2012).

Seção 3 – A importância das creches para os moradores de Samambaia-DF no viés da segurança alimentar e nutricional

A presente seção tem por objetivo apresentar e discutir os resultados da pesquisa realizada em creches localizadas na Região Administrativa de Samambaia, cidade periférica do Distrito Federal. Devido aos altos índices de contaminação pelo COVID-19 na capital, todas as entrevistas foram realizadas online e entrevistou-se cerca de 60 famílias oriundas de duas instituições sociais.

3.1 Uma breve contextualização sobre a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal

As creches onde foram realizadas as entrevistas estão localizadas na Região Administrativa de Samambaia - DF, que de acordo com o site da administração da cidade, a mesma comporta cerca de 8% da população do Distrito Federal, do qual, possui aproximadamente 3 milhões de habitantes (CODEPLAN, 2020).

Também de acordo com o site da administração da cidade, a Região Administrativa de Samambaia foi criada em 25 de outubro de 1989 pela Lei nº. 49, que a definiu como RA XII, sendo os seus limites fixados pelo Decreto n.º 11.921.

O surgimento da cidade resultou das diretrizes adotadas no Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT, elaborado em 1978, que determinava vetores de ampliação das áreas urbanas em decorrência do rápido crescimento populacional do DF e da consequente necessidade de criar novas zonas residenciais a partir de regiões segregadas. Através do PEOT, em 1981, foi aprovado o projeto que definia a fundação da nova cidade, e a previsão populacional era estimada em cerca 330 mil habitantes²⁹, de diferentes classes sociais, embora, houvesse maior urgência de assentar grupos de classes sociais mais baixas.

Desde o seu surgimento, Samambaia passou por um intenso processo de expansão da malha urbana, acompanhados em alguns pontos e outros não, pelos processos ligados a urbanização. Consequentemente, assim como em outras cidades brasileiras, há a presença de problemas como falta de saneamento básico, educação, saúde, segurança e dentre outros serviços essenciais prestados pelo Estado.

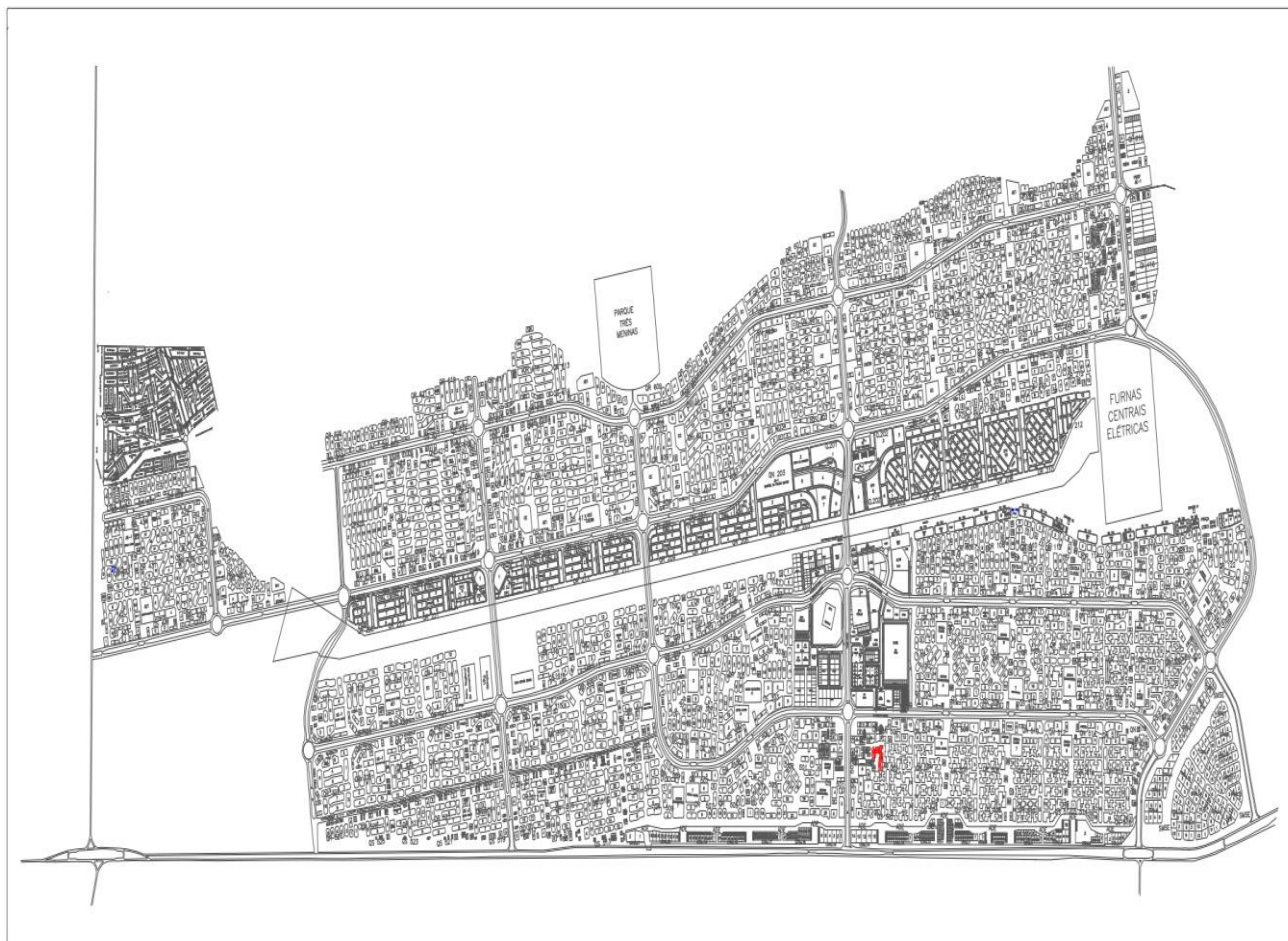
Em relação à infraestrutura educacional, atualmente a região comporta cerca de 40³⁰ instituições de ensino ditas em 3 modalidades, como: as escolas classe, que atendem o público infantil, as de ensino fundamental e médio com públicos direcionados aos mais jovens,

²⁹ Número próximo do que a cidade comporta atualmente.

³⁰ Este número não agrega as instituições sociais como as creches, e não foram encontrados dados sobre, entretanto nos últimos anos foram construídas mais algumas dezenas de unidades pela cidade.

portanto, os residentes da região não precisam se deslocar para outras cidades para encontrar determinada modalidade, como é o caso do Itapoã-DF. No entanto, apesar dos estudantes não precisarem se deslocar para outras cidades, as escolas se concentram espacialmente nas áreas mais antigas da cidade, portanto algumas modalidades de ensino, como o médio, não acompanharam a expansão da malha urbana.

Figura 4 - Região Administrativa de Samambaia



Fonte: Administração Regional de Samambaia.

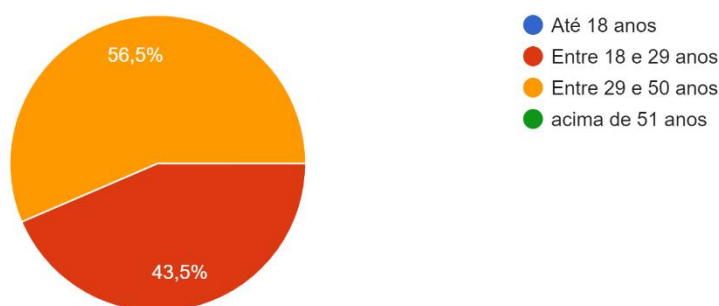
3.2 O perfil dos(as) chefes de famílias assistidas pelas creches entrevistadas

Dentro da pesquisa houveram algumas perguntas que visaram traçar o perfil dos chefes de família, com perguntas relacionadas a idade ou ao grau de escolaridade, por exemplo.

Em relação a idade dos chefes de famílias que utilizam os serviços prestados pelas creches, ficou dividido entre a faixa de 18 e 29 anos e entre 29 e 50 anos de idade. A faixa entre 29 e 50 anos foi a mais expressiva, com 56,5%, entretanto a faixa entre 18 a 29 anos, quais podem ser considerados chefes de família jovens, também foi considerável, com 43,5%, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Perfil dos(as) chefes de família

Qual a sua idade?
62 respostas



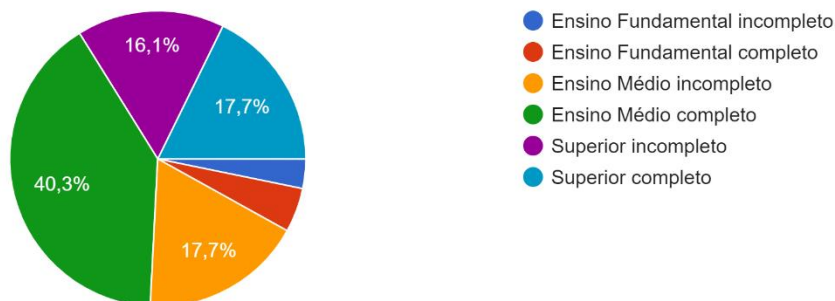
Fonte: elaboração do autor, 2020

Partindo para o grau de escolaridade dos entrevistados, percebe-se mais variabilidade nas respostas e também certa desigualdade. A parcela mais expressiva de respostas se encontra em chefes de família com ensino médio completo (40,3%). Empatados em segundo lugar no número de respostas se encontram a parcela com ensino médio incompleto e ensino superior completo, as duas categorias obtiveram 17,7% de respostas. Em terceiro lugar ficou o ensino superior incompleto, com 16,1%. As duas últimas categorias do grau de escolaridade ficaram com as seguintes informações, ensino fundamental completo (4,8%) e ensino fundamental incompleto (3,2%), de acordo com Gráfico 3.

Gráfico 3 – Perfil dos(as) chefes de família

Qual o seu grau de escolaridade?

62 respostas



Fonte: elaboração do autor, 2020

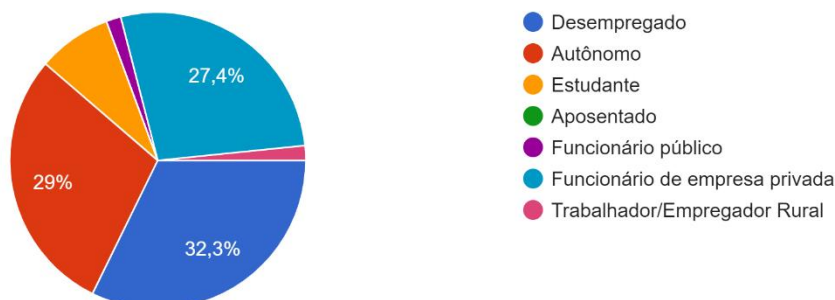
Percebeu-se que a parcela de pais ou responsáveis entre 29 e 50 anos apresentou menores graus de escolaridade, o que demonstra a evolução da educação no DF para as gerações mais jovens, o que é um importante quesito para a segurança alimentar e nutricional.

Em relação a ocupação atual dos pais ou responsáveis, fica claro e evidente que os mesmos sofrem os impactos da situação atual da economia do Brasil, qual há milhões de desempregados e autônomos. Dentre os entrevistados, 32,3% afirmaram estar desempregados, 29% são autônomos, e 27,4% são funcionários de empresas privadas. As categorias menos expressivas ficaram com 8,1% de pais ou responsáveis que são estudantes, e empatados na última colocação com 1,6% cada um, ficaram as categorias, funcionário público e trabalhador/empregador rural.

Gráfico 4 – Perfil dos(as) chefes de família

Qual a sua ocupação atual?

62 respostas



Fonte: elaboração do autor, 2020

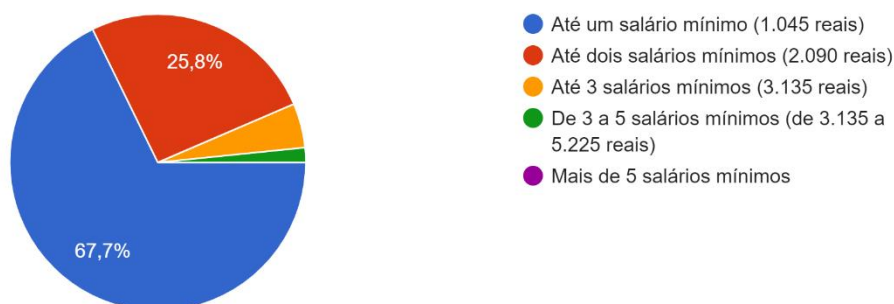
A maior parte dos desempregados se encontram na faixa de 18 a 29 anos, e de autônomos entre 29 e 50 anos.

Ao verificar a renda familiar inferiu-se que há uma grande parcela das famílias que passam o mês com um ou dois salários mínimos, sendo respectivamente 67,7% e 25,8% dos entrevistados. Tais rendas se distribuem para famílias de entre 3 a 7 pessoas.

Gráfico 5 – Perfil dos(as) chefes de família

Qual a soma da sua renda familiar?

62 respostas



Fonte: elaboração do autor, 2020

Dentre as cerca de 60 famílias, 30 recebem algum tipo de auxílio governamental, principalmente os desempregados e as famílias com renda familiar de até 1 salário mínimo. Diversos foram os programas citados, quais estão listados na tabela a seguir:

Tabela 2 – Programas governamentais utilizados

Nomes dos programas governamentais	Número de famílias assistidas
Bolsa Família	21
Bolsa Alimentação Creche	4
Auxílio emergencial	3
Cestas Emergenciais	1
Programa Prato Cheio	1

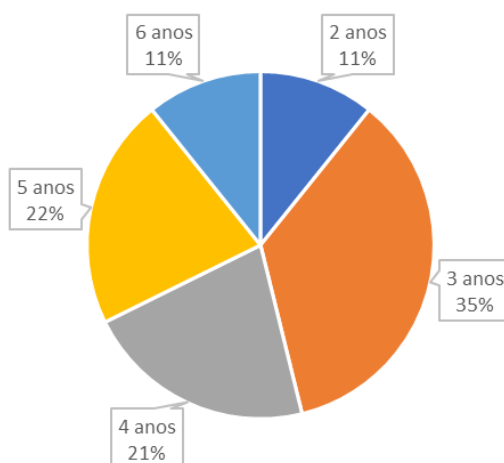
Fonte: elaboração do autor, 2020.

Percebe-se a forte presença do PBF, tal programa já foi abordado tanto no Brasil, quanto no DF, e mesmo em escala local apresenta tal territorialização. A presença dos programas de caráter emergencial indica os impactos do COVID-19 na renda familiar, e as declarações dos(as) chefes sobre a redução da renda familiar ou o aumento dos gastos com alimentação desde o início da disseminação do tal vírus no DF, confirmam a afirmativa.

3.3 Segurança alimentar e nutricional: Em relação as crianças

As duas creches onde foram realizadas as entrevistas dispõem de serviços para crianças, jovens e adultos, no entanto as unidades escolhidas dispõem somente serviços para o público infantil, onde, somando as duas unidades, há cerca de 500 crianças entre 4 meses e 7 anos de idade. Para a presente pesquisa, foram selecionadas aleatoriamente 65 crianças de turmas entre 2 e 6 anos, ficando a proporção distribuída da seguinte maneira:

Gráfico 6 - Idade das crianças selecionadas para a pesquisa



Fonte: elaboração do autor, 2020

Para verificar o nível de segurança ou insegurança alimentar das crianças, foi utilizado método de recordatório alimentar de 24 horas:

onde os entrevistados relatam os alimentos consumidos. O método utilizado para inquéritos onde se pesquisa hábitos alimentares de indivíduos ou grupos populacionais, utilizado nas ciências da saúde, como nutrição e medicina, tanto para identificações de âmbito quantitativo como qualitativo. (GUALDANI, 2019, p.42).

Deste modo, foram registradas (pelos pais ou responsáveis) os alimentos do café da manhã, almoço e jantar, consideradas as principais refeições do dia. Tais alimentos estão dispostas na tabela a seguir a partir da ordem de maior citação:

Tabela 3 – Recordatório alimentar de 24 horas de crianças de 2 a 6 anos.

Café da manhã	Número de citações	Almoço	Número de citações	Jantar	Número de citações
leite	39	Arroz	54	arroz	34
Pão	27	feijão	50	feijão	20
achocolatado	15	Carne de boi ou porco	29	Carne de boi ou porco	16
Biscoito ou bolacha	10	Salada/verdura/ Legume não especificado	28	Salada/verdura/ Legume não especificado	18
Suco de caixinha	8	Frango	20	Frango	12
Cuscuz	5	Tomate	8	Macarrão	8
Banana	3	Batata	5	Tomate	4
Iogurte	3	Cenoura	5	Ovo	2
Ovo	3	Macarrão	5	Abóbora	1
Não tomou café da manhã	3	Suco não especificado	5	Achocolatado	1
Maçã	2	Alface	3	Batata	1
Mingau	2	Brócolis	3	Beterraba	1
Suco de fruta	1	Ovo	3	Cenoura	1
Tapioca	1	Beterraba	2	Suco de goiaba	1
		Chuchu	2	Suco de polpa	1
		Abóbora	1	Suco de uva integral	1
		Quiabo	1		
		Peixe	1		

Fonte: elaboração do autor, 2020.

Dentre os alimentos necessários para a elaboração de um cardápio variado e saudável, encontra-se em abundância o carboidrato, o mesmo é fundamental para o fornecimento de energia (calorias) para as diversas atividades. No recordatório alimentar acima, o mesmo apresenta números de citações consideráveis, no café da manhã, no almoço e jantar, em alimentos como: Pão, arroz, macarrão, batata, biscoitos e entre outros.

Em relação ao consumo de frutas e hortaliças, alimentos que são fontes de vitaminas e minerais, este apresenta déficit. E aparece em maior quantidade no almoço, porém somente metade das famílias citam tais alimentos. Nas outras duas refeições (café da manhã e jantar) o consumo de frutas e hortaliças são praticamente inexpressivos, e de acordo Ramos (2014), a

recomendação é o consumo de frutas de 3 a 5 porções por dia e de hortaliças de 4 a 5 porções por dia.

Já os alimentos ricos em proteínas, essenciais para o desenvolvimento dos tecidos do corpo humano (RAMOS, 2014), são citados com maior frequência em alimentos como: leite, carne de boi, porco e peixe, feijão, ovos e entre outros.

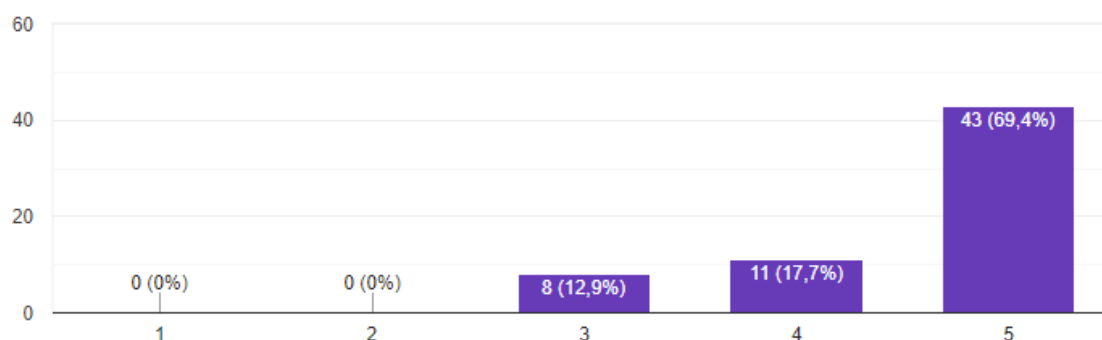
Um fato que chamou a atenção foi o baixo consumo de doces e alimentos industrializados durante o recordatório alimentar, entretanto, após o encerramento dos serviços presenciais das creches estudadas, os pais ou responsáveis relataram que houve diminuição no consumo de frutas e hortaliças e em contrapartida houve o aumento do consumo de doces por parte das crianças.

Durante a pesquisa online, os pais ou responsáveis foram questionados em uma escala de 1 a 5, sobre a importância da creche para a alimentação do seu/sua filho(a), e o resultado pode ser observado abaixo:

Gráfico 7 - Importância da creche para a alimentação das crianças

Para os pais ou responsáveis. Qual a importância da creche para a alimentação do seu/sua filho(a)?

62 respostas



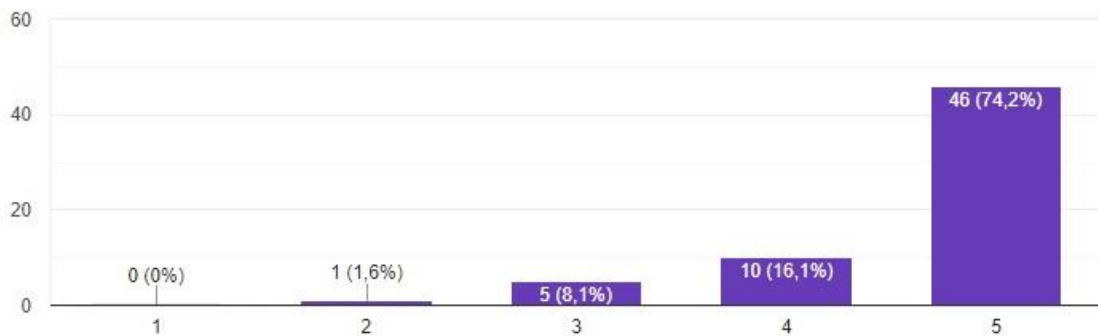
Fonte: elaboração do autor, 2020.

Mesmo após vários meses de suspensão do serviço presencial das creches por conta do COVID-19, uma parcela bastante expressiva das famílias (69,4%) ainda considera como muito importante que suas crianças se alimentem nas creches. Os pais ou responsáveis também foram questionados sobre a importância das creches no consumo de frutas, verduras e legumes, e os resultados estão dispostos no gráfico 8.

Gráfico 8 - Importância da creche para o consumo de FLV em uma escala de 1 a 5

Para os pais ou responsáveis. Qual a importância da creche para o consumo de frutas, verduras e legumes por parte do seu/sua filho(a)?

62 respostas



Fonte: elaboração do autor, 2020.

Os resultados dos gráficos 7 e 8 demonstram como tais instituições podem ser importantes ferramentas de segurança alimentar e nutricional, tanto no consumo de alimentos em si, mas também por apresentar diversas refeições e com cardápios variados durante os dias da semana.

As instituições estudadas disponibilizaram um dos cardápios semanais utilizados, e as mesmas dispõem 5 refeições variadas entre 7 horas da manhã e 17 horas da tarde. De acordo com o informado, todas as refeições são prescritas por nutricionistas.

Também foi informado pelas instituições que dois programas ligados a alimentação auxiliam para que as crianças tenham atendimento digno e de qualidade, sendo eles, o programa Mesa Brasil Sesc, abordado na primeira seção (item 1.5.6), e o Banco de Alimentos do Ceasa-DF, abordado na segunda seção (item 2.4.1).

O Mesa Brasil Sesc e o Banco de Alimentos do Ceasa-DF, fazem a distribuição periódica de frutas e hortaliças dos mais variados tipos, e no caso do Mesa Brasil também há a distribuição de alimentos industrializados, como biscoito recheado, iogurte e suco em pó.

Também há a existência do Bolsa alimentação Creche, que de acordo com as instituições, o mesmo é de utilidade para os pais ou responsáveis durante o período de suspensão do serviço presencial.

Em relação a educação alimentar com oficinas e palestras, as instituições indicaram que buscam trabalhar o assunto desde as idades iniciais.

Figura 5 - Oficina infantil sobre alimentação saudável realizada em 2018



Fonte: Disponibilizada por uma das creches estudadas

Figura 6 – Horário do almoço



Fonte: Disponibilizada por uma das creches estudadas

Figura 7 - Lanche da tarde



Fonte: Disponibilizada por uma das creches estudadas

3.4 Segurança alimentar e nutricional: Em relação as famílias

Partindo para o âmbito mais residencial das famílias, buscou-se identificar a presença da insegurança alimentar e nutricional. Nesta etapa não foi utilizado o método de recordatório alimentar pois acredita-se ³¹que o mesmo apresenta mais veracidade para o público infantil. Para os lares, utilizou-se como inspiração as perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (BRASIL, 2010). Foram selecionadas perguntas consideradas chaves para vinculá-las a insegurança alimentar leve, moderada ou grave.

Em relação a insegurança alimentar leve, que está atrelada a preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro (CODEPLAN, 2016), obteve-se os resultados dos mesmos 62 chefes de família residentes da Região Administrativa de Samambaia.

Quando questionados, 64,5% dos(as) chefes de família afirmaram nos últimos 3 meses tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes da aquisição de mais comida, o

³¹ Nas circunstâncias que foi utilizado.

que pode representar que 40 famílias das 62 estudadas, podem estar inclusas em casos de insegurança alimentar leve.

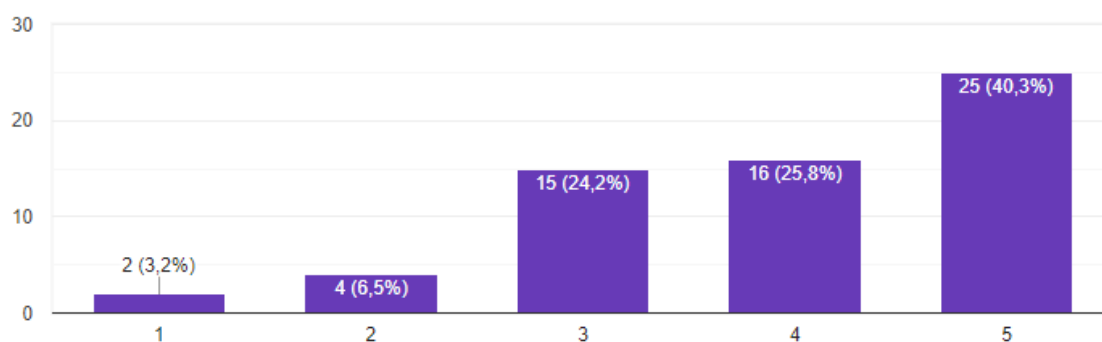
Além disso, cerca de 50% dos entrevistados afirmaram que nos últimos 3 meses ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada, um dos preceitos fundamentais da definição brasileira de segurança alimentar e nutricional.

Paralelamente, 62,9% (39 famílias) dos representantes das 62 famílias também não consideram que a sua renda familiar é suficiente para ter uma alimentação saudável e variada por todos os integrantes da família. E cerca de 50% dos(as) chefes de família consideram que os seus gastos com alimentação impedem o gasto em outras áreas, como lazer ou serviços particulares de educação ou saúde.

Gráfico 9 - Impacto na renda familiar a partir dos gastos em alimentação em uma escala de 1 a 5

De que forma a sua renda familiar é impactada pelos gastos em alimentação?

62 respostas



Fonte: elaboração do autor, 2020.

Em relação à insegurança alimentar moderada, relacionada a redução ou racionamento quantitativo de alimentos entre adultos (CODEPLAN, 2016), os resultados também podem ser considerados alarmantes. Os pais ou responsáveis foram questionados sobre a realização do racionamento de alimentos entre adultos nos últimos 3 meses, e 17 famílias (27,4%) afirmaram que sim, e 11 famílias (17,7%) responderam com “talvez”.

Já em relação a insegurança alimentar grave, ligada à fome e a falta de alimentos entre todos os indivíduos de determinada residência. 9 famílias (15%) dos pais ou responsáveis afirmaram que nos últimos três meses os alimentos acabaram antes que pudessem comprar mais comida, o que inclui também a falta de alimentação para o seu/sua filho(a) matriculados nas duas instituições sociais estudadas.

Considerações finais

A segurança alimentar e nutricional apresentou saltos de desenvolvimento significativos no Brasil, desde o fim do séc. XX e início do séc. XXI, principalmente na primeira década dos anos 2000 por meio dos programas e políticas públicas exercidas pelo governo em questão. A análise do conceito permite conhecer explicações riquíssimas acerca da produção e reprodução do espaço geográfico, tanto no viés rural, urbano, social ou histórico, e todos estão relacionados.

No campo, por exemplo, a segurança e a insegurança alimentar estão atreladas a produção e disponibilidade de alimentos para a população, no entanto as desigualdades históricas de concentração de renda e de terra, além das fortes políticas de apoio, perpetuam a maior territorialização de modos de produção atrelados ao capitalismo e ao mercado internacional, em outras palavras, ao agronegócio e a produção de commodities, quais não estão ligados diretamente ao abastecimento local da população como a agricultura familiar por exemplo.

No viés urbano o que irá determinar a segurança ou a insegurança alimentar poderá ser diversos fatores, entretanto o “X” da questão sempre estará relacionado a desigualdade do acesso a renda no Brasil. O cerne da segurança alimentar e nutricional já nasce como uma forma de combate às desigualdades sociais, que no Brasil apresenta características históricas.

A pesquisa realizada demonstrou que, apesar dos avanços dos últimos anos, a insegurança alimentar se faz presente em escala local com índices consideráveis, e a variação da escala geográfica utilizada no estudo apresentado foi de extrema relevância para demonstrar que, apesar dos bons índices ligados a segurança alimentar no DF por exemplo, os dados apresentados sobre insegurança alimentar tratam-se de centenas de milhares de pessoas.

Apesar das diferentes abordagens da insegurança alimentar, na Região Administrativa de Samambaia, os resultados apontam para os graus de insegurança alimentar “originais”, como a leve, a moderada e a grave. Certamente devido ao recorte temporal analisado, os resultados estão potencializados em função da suspensão dos serviços presenciais das creches e por conta dos impactos do COVID-19 na renda familiar das famílias estudadas.

O COVID-19 fez com que as crianças matriculadas nas creches, onde há 5 refeições diárias, ficassem nas suas respectivas casas e conseqüentemente os pais ou responsáveis ficaram com gastos mais elevados na alimentação, e aliado ao alto índice de desempregados durante o período de análise, a alimentação das crianças e das famílias sofreram impactos quantitativos e qualitativos.

As crianças, por exemplo, reduziram consideravelmente o consumo de frutas, verduras e legumes, e muitas das mesmas adquirem o hábito de consumo destes alimentos a partir da sua introdução nas creches, onde as refeições apresentam variados alimentos.

Os programas e políticas públicas propostas e exercidas pelo Estado são fundamentais para o combate às desigualdades sociais e para o desenvolvimento das classes sociais mais baixas do país, que sobre somente influência do mercado talvez não seriam possíveis, portanto, tais características devem ser expandidas e melhoradas na busca pela promoção da segurança alimentar e nutricional, principalmente em períodos como o analisado.

O que chamou a atenção, é a abrangência do Programa Bolsa Família, que impacta diversas famílias e se quer possui algum programa de porte igual ou parecido em escala local. Certamente pode ser considerado um dos maiores programas de suporte e promoção a segurança alimentar e nutricional do Brasil e foi essencial na ausência do serviço presencial das creches.

Dentre outras conclusões, as creches se apresentaram, a partir da pesquisa realizada, como fundamentais e fortes ferramentas de segurança alimentar em escala local e importantes instituições para medição de impactos de políticas públicas ligadas a alimentação, pois as mesmas disponibilizam um serviço de qualidade, e proporcionam uma alimentação saudável e variada para as crianças, sendo para muitas delas o principal motivo para estarem matriculadas nestas instituições. Além disso, tais instituições propõem a realização de oficinas e trabalhos ligados a alimentação visando a educação alimentar e o hábito de consumo de alimentos com elevado valor nutricional.

Para que seja disponibilizado um serviço de qualidade alimentar elevada para as crianças, dois programas apresentam papel fundamental nas instituições estudadas, sendo o Mesa Brasil Sesc e o Banco de Alimentos Ceasa-DF. De acordo com as afirmações, os dois programas proporcionam maior variabilidade de frutas, verduras e legumes, e aliviam os gastos das instituições na área, quais são direcionados para outros departamentos.

Em relação ao meio acadêmico, ainda causa espanto para os leigos ou para os formados em áreas distantes, a relação entre a Geografia e a temática da segurança alimentar e nutricional, no entanto as análises geográficas podem contribuir para a disseminação do conceito a partir de uma visão social, com o objetivo de causar mudanças e aportes a políticas públicas a partir dos conceitos da Geografia. Tais mudanças, estão nos temas onde a geografia está mais diluída, como no espaço rural e urbano, portanto os geógrafos tem plena capacidade de contribuir com a temática.

Assim espera-se que este trabalho possa vir a contribuir para a expansão da temática dentro das análises geográficas, além de apresentar este recorte territorial caracterizado pela insegurança alimentar.

Bibliografia

Administração Regional de Samambaia. **Conheça a Samambaia**. Disponível em: <http://www.samambaia.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/> Acesso em: 4 dez. de 2020.

AVILA, V. S. de; SOARES, J. P. G.; DARTORA, V. **Agroecologia e produção orgânica de leite**: transição agroecológica - marco referencial. Documentos, n. 166. In: Anais do curso de produção de leite orgânico. Concórdia, 2016.

BALDUINO, A. D. **Caracterização do processo de construção do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - I PDSAN**. Brasília: Universidade de Brasília; 2014.

BECKMANN, E.; SANTANA. **Modernização da Agricultura na Nova Fronteira Agrícola do Brasil**: Mapitoba e sudeste do Pará. Rev. Agro. Amb., v. 12, n. 1, p. 81-102, jan./mar 2019.

BELAIDI, R. **Redistribuir pelo Direito? O discurso de algumas organizações internacionais sobre o acesso à terra**. Confluências. Rev. Inter, Socio Direito. vol. 16, n. 2, pp. 95-106. 2014.

BELIK, W. **A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional**: concepção e resultados. Rev. Seg. Alim. e Nutri; Campinas, pp. 94-110, 2012.

BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, jul./ago. 2012.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo Perspec. 2001; 15(4):119-129.

BELIK, Walter. **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP; 2017.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010**: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 2010.

BRASIL. Documento final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde, mimeo, 1986.

BRASIL. **Lei Federal. nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2006.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CACCIAMALI, M. C. **Distribuição de Renda no Brasil**: Persistência do Elevado Grau de Desigualdade. In: PINHO, D.; VASCONCELLOS, M, A. S. Manual de Economia, São Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p. 406:422.

CALIMAN, JF. **Caracterização do Potencial Agrícola da Região Rural de Planaltina/DF**: Explorando o SISATER. Orientador: Ana Claudia Farranha. Relatório Final Apresentado ao Curso de Gestão do Agronegócio – Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2013.

CANCIAN, Natália. **Registro de agrotóxicos no Brasil cresce e atinge maior marca em 2018**. Folha de S.Paulo, 04 de março de 2019. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/registro-de-agrotoxicos-no-brasil-cresce-eatinge-maior-marca-em-2018>. Acesso em: 05 mai. 2020.

CASTRO, J de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço Josué de Castro. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 348p.

CASTRO, J de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968. 178p.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. **A territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista Nera-Ano 11, n. 13, Presidente Prudente, Jul/ Dez. 2008, P. 16-15.

Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2smA3z8>>. Acesso em: 6 de mai. de 2020.

CHAVEIRO, E. **O cerrado em disputa**: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M.G et al. (Org.) Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal**. Texto para Discussão n. 14 (2016). Brasília. 2016.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. **Atlas do Distrito Federal 2020**. Brasília, 28 de set. de 2020. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020/>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional - CONSEA. **Lei de segurança alimentar e nutricional** – Conceitos. Brasília, 2006.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE; 2009.

DAMIANI T.; PEREIRA L.; FERREIRA M. **Consumo de frutas, legumes e verduras na Região centro-oeste do Brasil: prevalência e fatores associados**. Cien Saude Colet 2017; 22(2):369-382.

DECCA, E. de. O colonialismo como a glória do império. In: REIS, Daniel Aarão Filho (org.) **O século XX: o tempo das certezas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DOMINGUES, Edson Paulo; FREIRE, Débora; MAGALHÃES, Aline Souza. **Efeitos econômicos negativos da crise do Corona Vírus tendem a afetar mais a renda dos mais pobres**. Nota técnica NEMEA. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 2020.

DUROSELLE, J. B. **Todo império perecerá**; tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Megalhães. - Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 483p.

ELIAS, D. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil**. Acta Geográfica (UFRR), v. 1, p. 13-32, 2013.

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 6 de mai. de 2020.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO BRASIL**, 1996. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>>. Acesso em 11 de ago. de 2020.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. REVISTA NERA – Ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005. 14-34 p.

FERREIRA, Jorge. O socialismo soviético. In: REIS, Daniel Aarão Filho (org.) **O século XX: o tempo das crises**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, L. C. G. **As paisagens regionais na microrregião Ceres (GO) – das Colônias Agrícolas Nacionais ao Agronegócio Sucroenergético**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

Ferreira, L. C. G; Sobrinho, F. L. A. (2019). **A produção canavieira e o mito do progresso: agronegócio e agricultura familiar na microrregião Ceres, Goiás**. PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 2 (1), 61-77. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.15648>

FIGUEIREDO, E. A. P. de; SOARES, J. P. G. **Sistemas orgânicos de produção animal: dimensões técnicas e econômicas**. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE DE ZOOTECNIA, 49., 2012, Brasília. A produção animal no mundo em transformação: anais. Brasília, DF: SBZ, 2012. 1 CD-ROM.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração final. Havana, Cuba, set. 2001. Disponível em: <www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=1562>. Acesso em: 7 de jul. de 2020.

GARCIA, G. S. **Análise do orçamento de programas de segurança alimentar e nutricional no distrito federal: o compromisso estatal na realização do direito humano à alimentação adequada (2011-2014)**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, Distrito Federal.

GDF. **Alimentação escolar**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://df.gov.br/alimentacaoescolar/>. Acesso em: 29 de out. de 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 196p.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002**. In: Anais 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Gramado-RS: UFRGS, 2004.

GÓMEZ, M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GUALDANI, C. **Assentamentos da reforma agrária em áreas de modernização agrícola: territorialidades, segurança alimentar e acesso à água**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2004. 187 p.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWM, E.J., (1988). **A Era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Conheça o Brasil – Território BIOMAS BRASILEIROS**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita e o coeficiente de desequilíbrio regional 2019**. Estatísticas Sociais, 16 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27810-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-e-o-coeficiente-de-desequilibrio-regional-2019#:~:text=Em%202019%2C%20o%20Centro%2DOeste,e%20CDR%20de%200%2C61.>>. Acesso em: 2 de out. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Segurança Alimentar**, 2013. Disponível em: <

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**, tabela 5457, 2019. <Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**, tabela 3939, 2019. <Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939> >. Acesso em: 17 de set. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**. Estatísticas Sociais, 17 de out. de 2019. Disponível em: <[JARDON, C. Prato Cheio: **crédito liberado para mais de 25 mil beneficiários**. Agência Brasília, 30 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/30/prato-cheio-credito-liberado-para-mais-de-25-mil-beneficiarios/>>. Acesso em: 26 de out. de 2020.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais#:~:text=O%20%20C3%ADndice%20tinha%20ca%20C3%ADdo%20entre,e%20Centro%2DOeste%20houve%20retra%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.</p></div><div data-bbox=)

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil**: uma perspectiva multidimensional. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan. /jun. 2006. Disponível em: <www.eco.unica.p.br/docprod/downarq.php?id=603&tp=a>. Acesso em: 22 de mai. de 2020.

KAROL, E.; SILVA, C. A. da. **Da Geografia da População à Necropolítica**: Presentificação e Disputas de Sentido em Tempos de Coronavírus. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 39-49, maio 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50375>>. Acesso em: 16 de ago. de 2020.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. – Brasília: ABRANDH, 2013.

LEFEVBRE, H. **La production de l'espace**. 3 ed. Paris: Anthropos, 1986. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

LINHARES, M. Y. L. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS, Daniel Aarão Filho (org.) **O século XX: o tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MALUF, R. S & REIS, M. C. **Segurança alimentar global**. Material didático preparado para o curso Conceitos e Princípios de SAN: Projeto Construindo Capacidades em SAN. Toronto, Centre for Studies in Food Security/Ryerson University; Rio de Janeiro, Ceresan/CPDA/UFRRJ, 2005c.

MALUF, R.; MENEZES, F. **Caderno segurança alimentar**. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MARTINS, L. F. N. de. **Avaliação de impacto do programa de aquisição da produção da agricultura**: Alterações observadas no sistema produtivo quatro anos depois da criação do PAPA/DF. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília. Distrito Federal.

MARX, K. **O capital**. v. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988b.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. **A Apropriação do Cerrado pelo Agronegócio e os novos usos do Território**. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. **A Modernização da agricultura no Brasil e os Novos Usos do Território**. (2011) *Geo UERJ*, ano 13, n. 22, v. 2, 2º. semestre de 2011, p. 290-322. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2456/1730>>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MELLO, L. S.; MOURA, L. B. A. **Rede de segurança alimentar e nutricional em uma região do Distrito Federal**. *Cuidarte Enfermagem*, 2017 jan.-jun.; 11(1): 09-16. Disponível

em: <
http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2017v1/1%20ARTIGO_Rede%20de%20Seguranc%CC%A7a%20alimentar.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

MELO, Z.M.; BRUM, M.F.; SILVA, A. M. C. S.; MEIRA, D. D.; SALES, M. D. C. **Marcos referenciais na trajetória da segurança alimentar e nutricional: panorama mundial e nacional.** *Pensar Acadêmico*, 2017; 15 (1): 95-108. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1413-8123201900120449900001&lng=en>. Acesso em: 17 de mai. De 2020.

MESA BRASIL. Sesc. 2020. Página inicial. Disponível em: <
<https://www.sesc.com.br/porta/site/mesabrasilsesc/home/>>. Acesso em: 25 de mai. de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença: O que é COVID-19.** Disponível em: <
<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 4 de jun. de 2020.

NOGUEIRA, J.G. **Segurança alimentar: abrangência do Programa Bolsa Família no município de Vila Velha – ES.** *Rev. Pol. Públ. São Luis*, vol. 12, n. 1, pp. 83-92. 2008.

O povo e o território. Tradução de Antonio C. R. de Moraes. **São Paulo: Ática**, 1990, p. 73 – 82.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, T.C.; ABRANCHES, M.V.; LANA, R. M. (In) **Segurança alimentar no Brasil no contexto da pandemia SARS-CoV-2.** *Cad. Saúde Pública* 2020; 36: e00055220. Disponível em: <
<https://doi.org/10.1590/0102-311x00055220>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova Iorque, ONU, 1948. Disponível em: /
www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm>. Acessado dia 23 de mai. de 2020.

PELAEZ, V.; SILVA, L. R. da; GUIMARÃES, T. A.; Dal Ri; F.; TEODOROVICZ, T. A. **(Des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil.** *Revista Brasileira de Inovação*. Vol. 14. Campinas, São Paulo, nº esp., p.153-178, julho – 2015.

PIZARRO, R. E. C.; SOBRINHO, F. L. A. Sudoeste goiano: Da modernização da agricultura ao agronegócio. **Revista LIDER NRO**. ISSN 0717-0165, nº. 31, p. 33-66, 2017.

R, R. C. **O papel do Consea na construção da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

RABELO, M.M.; RUCKERT, I.N. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional**: o caso de Porto Alegre. In: dic. Econ. FEE, Porto Alegre, vol. 41, n. 3, pp. 85-100, 2014.

RAMOS, C. I.; CUERVO, M.R.M. **Programa Bolsa Família**: a interface entre a atuação profissional e o direito humano a alimentação adequada. Rev. Ciên saúde colet vol.17, n.8, pp. 2159-2168. 2012.

RAMOS, S. V. **Manual prático para uma alimentação saudável**. Secretaria municipal de assistência e desenvolvimento social. São Paulo, 2014. p.1-92.

RATZEL, Friedrich. 'le Sol, la Sociéte et l'État -L'Année Sociologique, année, 13.eme 1898-1899, Paris, p.1-14.

Ratzel. **São Paulo**: Ática, 1990.

Ribeiro, J. F & Walter, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (Ed.). **Cerrado**: ecologia e flora v. 2. Brasília: EMBRAPA-CERRADOS, 2008. p. 876.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado**. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). Cerrado: ambiente e flora. Planaltina, DF: Embrapa CPAC, 1998. cap. 3, p. 87-166.

RIBEIRO, L. C., SILVA, E. T., RODRIGUES, J. M. **Metrópoles Brasileiras**: diversificação, concentração e dispersão. Revista Paranaense de Desenvolvimento, número 120, pp. 171-201, Jan/Jul 2011.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R., orgs. **Segurança alimentar e nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas pública. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. ISBN: 978-85-7541-584-9.

SÁ, E. “**A população brasileira está comendo cada vez pior**”, alerta ex-diretor da FAO. Ninja, 13 ago. de 2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/eduardosa/a-populacao-brasileira-esta-comendo-cada-vez-pior-alerta-ex-diretor-da-fao/>>. Acesso em: 1 de jun. de 2020.

SANO, E. E; ROSA, R; BRITO, J. S; FERREIRA, G. 2007, **Mapeamento de Cobertura Vegetal do Bioma Cerrado: estratégias e resultados**. Embrapa.

SANTOS, M. (2002). **O Tempo nas Cidades**, Ciência e Cultura, 54 (2), 21-22.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SEN, Amartya Kumar. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. 1981.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2014.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, A. B. de. **Cadeias curtas e qualidade: Análise das aquisições da agricultura familiar para a alimentação escolar no Distrito Federal, Brasil**. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) da Universidade de Brasília, Distrito Federal.]

SZMRECSÁNYI, T. “**Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições**”, p. 56. In: Thomas Robert Malthus. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 24, São Paulo: Ática, 1982.

TINOCO, S. G. G.; MENDES, J. F. R.; FIGUEIREDO, A. C.; COSTA, A. P. R.; LEÃO, M. M.; SANTOS, L. M. P. Segurança alimentar e nutricional na Região Centro-Oeste: particularidades e contrastes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 18(1):58-72. 2011.

TOMAZINI, C. & LEITE, C.K., 2016. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?** Revista de Sociologia e Política, 24(58), pp.13–30. DOI: 10.1590/1678-987316245801.

TONIAL, J. C. **FALTA DE ALIMENTOS NO MUNDO: PROBLEMA DE ESCASSEZ OU DE DISTRIBUIÇÃO?**. JURIS - Revista da Faculdade de Direito, [S.l.], v. 14, p. 69-80, dez. 2012. ISSN 2447-3855. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/3207/1866>>. Acesso em: 13 de mai. de 2020.

VALENTE, F.L.S. **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos.** Rev. de Saúde social. vol. 12, n.1, pp. 51-60. 2003.

VARGAS, D. L. de. **Pobreza: Conceitos, Abordagens e Políticas Públicas de Combate ao Fenômeno no Espaço Rural.** In: TULLIO, L. **Horizontes das Ciências Rurais.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 286-297.

VÉLEZ, D. A. S. **Avaliação de políticas públicas de incentivo a comercialização de leite por agricultores familiares do Distrito Federal e Entorno.** Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2014, 136p. Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, G. O.; E D'ORNELLAS, M. C. G. S. **Direitos Humanos e Comércio Internacional: A Necessidade da Construção de Pontes por Meio da Segurança Alimentar e os Novos Desafios da OMC.** Nomos: Rev. Prog Pós-Graduação em Direito da UFC. vol. 32. 2012.

VIGGIANO, C.E. **Alimentação equilibrada: princípios básicos (Oficinas de Nutrição).** São Paulo: SENAC, 1995.